

**XX REUNIÃO BILATERAL  
BRASIL / PARAGUAI DOS  
ORGANISMOS  
DE APLICAÇÃO DO ATIT**

JACINTO CACERES MOREL  
DIRECTOR  
Dirección Nacional de Tránsito Terrestre  
DINATIRAN

Foz do Iguaçu - Brasil  
21 e 22 de novembro de 2002

(63)

ATA DA XX REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PARAGUAI, DOS  
ORGANISMOS NACIONAIS COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO  
ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL TERRESTRE –  
ATIT.

ATA DA REUNIÃO

Realizou-se na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na República Federativa do Brasil, nos dias 21 e 22 de novembro de 2002, nas dependências do Hotel Continental Inn, a XX Reunião Bilateral Brasil / Paraguai dos Organismos de Aplicação do Acordo sobre Transporte Internacional – ATIT, para tratar dos aspectos técnicos e operacionais do transporte de carga e passageiros entre os dois países.

O Senhor Superintendente de Serviços de Transporte de Passageiros-SUPAS da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, Dr. José Antonio Schmitt de Azevedo, na condição de Chefe da Delegação brasileira, procedeu à abertura da reunião dando as boas vindas a Delegação paraguaia, observadores e convidados especiais.

A Delegação paraguaia chefiada pelo Lic. Humberto Rodas Orué, Diretor Nacional de Transporte-DINATRAN, agradeceu à acolhida e procedeu a uma rodada de apresentação dos membros que compõem a sua Delegação. O Chefe da Delegação brasileira também apresentou os membros que a compõem.

No decorrer da reunião o Dr. Noboru Ofugi, diretor da ANTT, assumiu a chefia da Delegação brasileira.

A lista de participantes das respectivas delegações se agrega como Anexo I, da presente Ata.

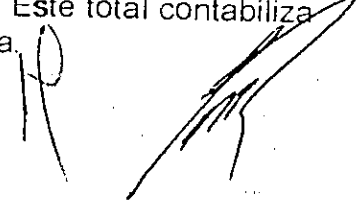
Em seguida, foi proposto uma reunião dos Chefes de Delegação para discussão e aprovação do temário da Reunião que consta no Anexo II, da presente Ata.

Em reunião plenária foram debatidas e adotadas as seguintes decisões:

**1. TRANSPORTE DE CARGA**

**1.1 Avaliação do Controle de Freteiros para o Transporte de Produtos de Safra**

Após troca de informações sobre o controle do Regime de Freteiros para o transporte de produtos de safra que se iniciou no dia 1º novembro de 2002, a Delegação brasileira fez entrega de um relatório -Anexo III-, contendo toda a frota agregada no Regime de Freteiro pelas empresas brasileiras. O referido relatório apresenta informações sobre a quantidade de veículos, por empresa, no Regime de Freteiros, atualmente em operação no tráfego Brasil/Paraguai. Este total contabiliza veículos habilitados simultaneamente em mais de uma empresa.





(2)

ATA DA XX REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PARAGUAI, DOS  
ORGANISMOS NACIONAIS COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO  
ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL TERRESTRE –  
ATIT.

Da mesma forma, a Delegação paraguaia fez entrega de dados estatísticos sobre o comércio rodoviário de cargas entre Brasil e Paraguai e da lista das empresas habilitadas e, solicitou que constem como Anexo IV, da presente Ata.

Em seguida, a Delegação paraguaia informou que as autoridades brasileiras não estão aceitando os documentos autenticados emitidos pelo Organismo Competente do Paraguai, relativos a inclusão/exclusão de veículos, o que contraria o acordado nas últimas reuniões realizadas entre os dois países.

A Delegação brasileira informou sobre as razões pelas quais não estão sendo aceitos os referidos documentos tendo em vista que todos os veículos da frota paraguaia já estão devidamente cadastrados no Sistema de Controle de Frota, on line, da ANTT. Os veículos não aceitos são aqueles que o sistema identifica como já constantes da frota própria de empresa brasileira habilitada e, portanto, não são caracterizados como veículos de freteiros. Foi esclarecido pela Delegação brasileira que a partir da informatização do sistema eletrônico não há sentido em continuar com o sistema documental. Concluiu dizendo que os transportadores paraguaios, bem como os brasileiros, antes de realizar qualquer inclusão de veículo no Regime de Freteiros, devem consultar via Internet ([www.antt.gov.br](http://www.antt.gov.br)), a situação do veículo através de suas respectivas placas, evitando, assim, incluir veículo já habilitado.

A Delegação brasileira informou que aceitará o documento oficial de registro de freteiros emitido pela autoridade paraguaia, por um prazo de 15 dias, desde a data de comunicação do referido documento. Após este prazo somente serão válidos os veículos incluídos pelo sistema eletrônico de frota.

A Delegação paraguaia solicitou que o Organismo de Aplicação do Brasil informe as razões pelas quais não estão sendo aceitos os documentos oficiais emitidos pela autoridade paraguaia. A Delegação brasileira concordou em informar às autoridades paraguaias, por meio de fax, com cópia para a Polícia Rodoviária Federal, os motivos que levaram a não inclusão dos veículos.

#### 1.2 Avaliação do Controle de Freteiros para o Transporte de Carga Geral

A Delegação paraguaia fez uma apresentação sobre o fluxo de movimentação de carga geral entre os dois países e apresentou uma proposta para que esse transporte seja realizado pela frota habilitada conforme o ATIT. Propôs que esse assunto continue sendo analisado e seja objeto de discussão da próxima reunião bilateral.

A Delegação brasileira, corroborando a proposta da Delegação paraguaia, concordou em estudar o assunto e apresentar uma posição para ser discutida na próxima reunião bilateral.

R



(61)

ATA DA XX REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PARAGUAI, DOS  
ORGANISMOS NACIONAIS COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO  
ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL TERRESTRE –  
ATIT.

### 1.3 Intercâmbio de Tração

A Delegação brasileira esclareceu que esse tema foi solicitado pela Delegação paraguaia. Passou a palavra para o Delegado paraguaio que, por sua vez, solicitou que o representante do setor privado do Paraguai apresentasse o assunto.


Em face ao que foi apresentado, o chefe da Delegação paraguaia apresentou para a Delegação brasileira o Regulamento de Transporte Nacional e Internacional de Cargas, aprovado pela Resolução número 53/02, do Conselho DINATRA (Anexo V). Chamou a atenção para o disposto no ATIT e também para o que foi acordado na Ata da terceira reunião bilateral entre os dois países, realizada entre 21 e 23 junho de 1988, na qual se acordou a possibilidade de realização de intercâmbio de tração, entre empresas habilitadas, sem cruzamento de bandeira.

Foi concedida a palavra para o representante da iniciativa privada do Brasil que apresentou proposta referente a subcontratação entre empresas habilitadas, de forma a permitir a utilização do conjunto de equipamentos, com ou sem cruzamento de bandeira, visando otimizar a utilização do parque automotor dos dois países.

O representante do setor privado paraguaio esclareceu que não aceita a prática do intercâmbio de tração, com ou sem cruzamento de bandeira.

O delegado paraguaio, tendo em vista a segurança do transporte e considerando o tamanho da frota de caminhões paraguaios, contestou a posição do representante paraguaio do setor privado e, novamente, chamou a atenção para o que ficou acordado na reunião bilateral de junho de 1988.

A Delegação brasileira informou que concorda com os termos da proposta da Delegação paraguaia e propõe que seja remetida para a próxima reunião bilateral a definição dos termos do acordo de intercâmbio de tração entre empresas habilitadas e veículos de frota própria de mesma bandeira.



(60)

ATA DA XX REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PARAGUAI, DOS  
ORGANISMOS NACIONAIS COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO  
ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL TERRESTRE –  
ATIT.

Também está em fase de implantação o Sistema Geral de Controle de Trânsito no Brasil, o qual estabelecerá uma série de controles e responsabilidades das empresas transportadoras. Até o final desse mês será emitida uma Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal regulamentando o assunto

#### ASSUNTOS DE SEGUROS

Ambas as Delegações acordaram que poderá ser contratada apólice de Seguro de Responsabilidade Civil – RCTR-VI- Danos a Terceiros, pelo período de três dias ou de cinco dias, dependendo da necessidade da empresa.

Com relação ao seguro de RCTR-VI- Danos a Carga, obrigatório, ambas as Delegações acordaram que deve ser exigido por parte das autoridades a sua comprovação, através do Certificado Bilingüe, em original, de acordo com o modelo oficial aprovado nas reuniões de Ministros de Obras Públicas dos países do Cone Sul.

As Delegações ratificaram a necessidade de aperfeiçoamento da fiscalização do seguro de RCTR-VI – Danos a Terceiros e de Danos a Carga, pelas autoridades brasileiras e paraguaias, exigindo a apresentação dos respectivos Certificados Bilingüe, em original, emitidos por seguradora do país de origem da empresa e que mantenham efelivos convênios com as seguradoras dos países de trânsito.

#### VISTO CONSULAR

Considerando que a Delegação brasileira vem solicitando a eliminação da obrigatoriedade de consularizar os documentos de transporte e que, mais uma vez, nesta reunião, a Delegação paraguaia não apresentou solução para a questão, ambas as delegações acordaram em encaminhar o assunto ao SGT-5.-Transporte do MERCOSUL.

59

ATA DA XX REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PARAGUAI, DOS  
ORGANISMOS NACIONAIS COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO  
ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL TERRESTRE –  
ATIT.

### INCLUSÃO E EXCLUSÃO POR MEIO ELETRÔNICO.

A Delegação brasileira solicitou para a Delegação paraguaia que a troca de comunicação para inclusão e exclusão de veículos, ora realizada por telegrama circular, por meio de fax, seja realizado por meio eletrônico. A Delegação paraguaia informou que concorda com essa solicitação.

### REPRESENTAÇÃO DA ANTT

A Delegação paraguaia manifestou sua preocupação quanto a ausência de representante da ANTT e solicitou a criação de um escritório em Foz do Iguaçu. O Chefe da Delegação brasileira informou que a ANTT vem desenvolvendo estudos sobre o assunto e espera que no fim do primeiro semestre de 2003 sejam concluídos os estudos.

## 2. TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

### 2.1 Análise dos Aspectos Operacionais das Linhas Existentes

As Delegações trocaram relações contendo as empresas (brasileiras e paraguaias) que operam o serviço regular de transporte rodoviário internacional de passageiros entre os dois países, com o objetivo de avaliar as frequências, horários, pontos fronteiriços tipos de serviços e outros, visando um controle efetivo dos serviços e a unificação dos registros de ambos os países. Após a unificação desses dados, foram elaborados os Anexo VI – Relação dos Serviços Regulares e Anexo VII – Relação dos Serviços Regulares por Empresa Operadora, que passam a ser doravante a base cadastral para fins controle dos serviços. Ficou acordado que sempre que ocorrer alterações estas deverão ser comunicadas em tempo hábil ao outro país, visando manter os registros sempre atualizados.

Fica entendido que esta uniformação não implica em alterações de decisões acordadas anteriormente.

### 2.2 Licenças Complementares

As Delegações entenderam a necessidade de ação junto às suas respectivas empresas objetivando a regularização de suas licenças complementares, apresentando a documentação necessária, nos termos do artigo 24 do ATIT.

*R*

(5)

. ATA DA XX REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PARAGUAI, DOS  
ORGANISMOS NACIONAIS COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO  
ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL TERRESTRE –  
ATIT.

### 2.3 Assuntos Diversos

#### Alteração de Registro de Serviço

Tendo em vista a impossibilidade de acesso de forma regular ao Terminal de Cataratas ficou acordado entre as Delegações que o serviço Cataratas a Asuncion passará a ser denominado Foz de Iguaçu a Asuncion, uma vez que ambos os terminais localizam-se no município de Foz de Iguaçu.

#### Fiscalização dos Serviços

A Delegação Brasileira informou que face à efetiva estruturação por parte da ANTT no que se refere à fiscalização dos serviços prestados está intensificando a fiscalização nos terminais de passageiros e em especial no caso de linhas internacionais em Foz do Iguaçu visando o combate à operação de transporte não permitido nos termos do ATIT.

A Delegação Paraguaia informou que também passa por reestruturação no seu órgão de transporte e que está procedendo da mesma forma, aplicando sanções de conformidade com os termos do ATIT.

#### Transporte Irregular na Região Fronteiriça

Os observadores representantes das empresas prestadoras de serviço regular rodoviário internacional de passageiros na região de Foz de Iguaçu e Ciudad del Este apresentaram pleito no sentido de combate ao transporte clandestino, para tanto encaminharam documento à ANTT solicitando providências.

As Delegações manifestaram sua preocupação com o fato e comprometeram-se a buscar solução para o assunto.


#### Seccionamentos dos Serviços

A Delegação Paraguaia solicitou, de maneira enfática, que fosse regularizada a situação dos seccionamentos nos serviços existentes, de tal forma que as seções internacionais autorizadas em uma bandeira seja estendida à outra, com a qual a Delegação Brasileira concordou.

Invocando o princípio da reciprocidade, a Delegação Paraguaia solicitou que fosse autorizado o seccionamento dos serviços das empresas paraguaias em Foz do Iguaçu em decorrência das linhas fazerem ponto de seção em ponto fronteiriço no Paraguai. Essa reivindicação já existe de longa data sem que houvesse qualquer manifestação a respeito.

A Delegação Brasileira comprometeu-se a estudar o assunto examinando os aspectos legais e manifestar-se de forma conclusiva até a realização da próxima reunião bilateral.

R



57

ATA DA XX REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PARAGUAI, DOS  
ORGANISMOS NACIONAIS COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO  
ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL TERRESTRE –  
ATIT.


A Delegação Paraguaia solicitou uma pronta resposta para o seccionamento em Foz de Iguaçu, conforme os antecedentes que serão remetidos via fax.

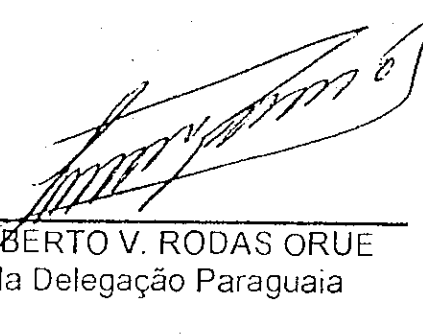
**Cobrança da Taxa pela Municipalidade**

A Delegação Brasileira solicitou a manifestação sobre a pendência da reunião anterior relativamente às gestões junto à Municipalidad de Ciudad del Este para que esta cesse a cobrança de taxas referentes à operação da linha urbana internacional. A Delegação Paraguaia comprometeu-se a insistir junto às autoridades municipais na busca de uma solução definitiva a respeito.

Finalizando, ambas Delegações consideraram esgotado o temário proposto, acordaram, em principio, a realização da XXI Reunião Bilateral no primeiro trimestre de 2003, no Paraguai, e deram por encerrada a presente Reunião Bilateral.

A presente Ata é firmada em duas vias de igual teor sendo uma via para cada Delegação.

  
\_\_\_\_\_  
NOBORU OFUGI  
Pela Delegação Brasileira

  
\_\_\_\_\_  
HUMBERTO V. RODAS ORUE  
Pela Delegação Paraguaia





ATA DA XX REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PARAGUAI, DOS  
ORGANISMOS NACIONAIS COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO  
ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL TERRESTRE –  
ATIT.

**ANEXO I**



ATA DA XX REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PARAGUAI, DOS  
ORGANISMOS NACIONAIS COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO  
ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL TERRESTRE –  
ATIT.

## DELEGAÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CHEFE DA DELEGAÇÃO:	Dr. Noboru Ofugi
DELEGADOS	ORGANISMO
Aury de Mello Teixeira	ANTT
Marco Antônio Lima das Neves	ANTT
Wilbert Junquilha	ANTT
José Antonio S. de Azevedo	ANTT
José Glauco A. A. Dias	ANTT
Silvana Lúcia C. Barros	ANTT
Amilto José Tonidandel	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Luiz Antonio Gênova	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Vicente Veríssimo Júnior	DNIT
Mauro de Brito	Receita Federal
Carlos Oliveira	Receita Federal
OBSERVADORES	ORGANISMO
Sônia Rotondo	NTC
Samuel Zubeldia Nebenzahl	ABTI
Geraldo Castro	MAGMA Corretoras de Seguros Ltda.
Elói Rodrigues de Almeida	Grupo Brasil
Walter Cunha	ABRATI
Walter da Cruz Prates	Super Carga Ltda
Francisco Pereira	Transli
Valdecir Blum	Transporte
Délio P. Winter	Unesul
Telmo J. Nunes	Catarinense
Antonio M. Baena	Nacional/Transporte
Ricardo Roman	Pluma
Solange Nogueira	Pluma
Erley de Oliveira	ATIF
Cleber Rafagnin	Irmãos Rafagnin
Juvenal Rocha	Ghuayra Transporte
Agenor Soares Pereira	Sulamericana
Roger Duarte Teixeira	Pluma
Saulo Ivo Lamb	Sindifoz



ATA DA XX REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PARAGUAI, DOS ORGANISMOS NACIONAIS COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL TERRESTRE – ATIT.

**DELEGAÇÃO DA REPÚBLICA DO PARAGUAI**

CHEFE DE DELEGAÇÃO: Dr. Humberto Victorio Rodas Orué

DELEGADOS	ORGANISMO
Adolfo Raul Leguizamon	Cónsul-MRE
Salvador García Caballero	DINATRAN – M.O.P.C.
Carlos Raúl Peralta Raggini	DINATRAN
Jacinto Cáceres Morel	DINATRAN
Sérgio E. Amarilla Páez	DINATRAN
Fabio Fustagno	DINATRAN
Pedro Ramírez González	DINATRAN
Alicia Franco	DINATRAN
Ovidio J. Talavera	DINATRAN
Victor Alfonso Cattomar	DINATRAN
José A. Godoy Gill	DINATRAN
Fausto Pereira	DINATRAN
Juan Pablo Torres	DINATRAN

OBSERVADORES	ORGANISMO
Julio Huespe	CAPATIT
Juan Carlos Garcia	CAPATIT
Justo P. Benitez	CAPATIT
Eduardo Bernal	BOQUERON
Paulo Vila	CAPECO
Carlos Rendano	CAPECO
Federico Plate	ACAP
Narciso Ramon.	ACAP
Eduardo Gabito	JOSEMA
Augusto Perez	Paraguay Express
Jesus Odone S.	N.S. Assuncion
Dora Marques	BOQUERON



ATA DA XX REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PARAGUAI, DOS  
ORGANISMOS NACIONAIS COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO  
ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL TERRESTRE –  
ATIT.

ANEXO II



ATA DA XX REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PARAGUAI, DOS  
ORGANISMOS NACIONAIS COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO  
ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL TERRESTRE –  
ATIT.

## TEMÁRIO

### TRANSPORTE DE CARGA

- Avaliação do Controle de Freteiros para o Transporte de Produtos de Safra
- Avaliação do Controle de Freteiros para o Transporte de Carga Geral
- Intercambio de Tração

### OUTROS ASSUNTOS

- Assuntos Aduaneiros
- Assuntos de Seguros
- Visto Consular
- Renovação do Quadro de Frota/Parque Automotor
- Horário para Tráfego de Caminhões
- Inclusão e Exclusão por Meio Eletrônico
- Representação da ANTT

### TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

- Análise dos Aspectos Operacionais das Linhas Existentes
- Licenças Complementarias
- Assuntos Diversos



ATA DA XX REUNIÃO BILATERAL BRASIL - PARAGUAI, DOS  
ORGANISMOS NACIONAIS COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO  
ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL TERRESTRE -  
ATIT.

**ANEXO III**

**RELATORIO DE FROTA AGREGADA POR EMPRESA**

Empresa	C/T	S/R	C/S	R	CAPACIDADE DE CARGA
ALAMO LOGISTICA E TRANSPORTE INTERMODAL LTDA	04	05	01	-	123,0
BARTHOLO TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA	58	53	86	-	2.189,0
BIANCHIN & AUGUSTO TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA	127	105	16	-	2.630,0
BIFF TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA	1.360	1.406	17	01	32.557,0
BONANÇA COMERCIO EXTERIOR LTDA	63	64	17	-	1.404,0
BUZZA TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA	75	69	14	-	1.748,0
CATTALINI TRANSPORTES LTDA	34	05	-	-	115,0
COMERCIO DE MADEIRAS E TRANSPORTES MARACA LTDA(SUSPENSA)	01	01	07	-	126,0
DATA DESPACHOS ADUANEIROS E TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA	139	140	18	-	3.600,0
DELESTE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA	71	72	10	-	1.798,0
DI CANALLI COM. E TRANSPORTES E EMPREENDIMENTOS LTDA	34	33	-	-	779,0
DSR TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA	17	38	-	-	701,0
EDIR ALMEIDA DA SILVA & CIA LTDA	20	21	05	-	560,0
EMPRESA DE TRANSPORTES RODOJACTO LTDA	01	-	-	-	0,0
EMPRESA DE TRANSPORTES TORLIM LTDA	85	89	-	-	1.886,0
ESTRELA ADMINISTRADORA DE TRANSPORTES LTDA	111	117	02	-	2.718,0
EXPRESSO ARAÇATUBA LTDA	49	51	40	-	1.598,0
EXPRESSO SANRODA LTDA.	57	25	13	-	716,0
GUADALUPE TRANSPORTES LTDA	10	10	59	-	769,0
GUAHYRA TRANSPORTES LTDA	612	591	146	-	15.884,0
IRS TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA	30	44	49	01	1.492,0
JJS TRANSPORTES LTDA	198	246	158	02	7.299,0
LAR TRANSPORTES LTDA	468	482	45	-	11.861,0
LASKOS & CIA LTDA	64	13	11	-	438,0
MICHELON TRANSPORTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS LTDA	46	52	-	-	1.396,0
MIRA OTM TRANSPORTES LTDA	17	16	23	-	637,0
NIV - CAR TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA	58	76	34	-	2.204,0
NOBREZA TRANSPORTES LTDA	215	223	07	-	5.321,0
NPL TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA	01	02	-	-	46,0
ONO TRANSPORTADORA RODOVIARIA INTERNACIONAL LTDA	43	41	03	-	993,0
RODO MAR VEICULOS E MAQUINAS LTDA	02	04	-	-	92,0
RODOFIBRA TRANSPORTE LTDA	135	122	-	-	2.871,0
RODOVIARIO MICHELON LTDA	01	01	-	01	42,0
SALLES RIBEIRO & CIA LTDA.	161	157	55	-	4.169,0
SR RODRIGUES TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA	78	85	13	-	2.175,0
T J H TRANSPORTES DE CARGAS RODOVIARIAS LTDA	04	08	-	-	189,0

Empresa	C/T	S/R	C/S	R	CAPACIDADE DE CARGA
T M Z TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA	43	36	53	01	1.420,0
TERRAMARES PLANIF. DE TRANSP. E COMÉRCIO EXTERIOR LTDA	51	50	-	-	1.185,0
TRACDNEL TRANSPORTADORA CARRANIS NEGRO LTDA	82	83	47	-	2.423,0
TRANS CERAMICA LTDA	108	105	17	01	2.662,0
TRANS-IGUAÇU - EMPRESA DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA	25	73	17	-	1.134,0
TRANSCATARATAS EMPRESA DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA	211	194	13	01	4.629,0
TRANSPANEMA TRANSPORTES LTDA	79	77	05	-	1.875,0
TRANSLI - TRANSPORTADORA LIBERDADE LTDA	2.891	2.767	35	01	65.348,0
TRANSMAREL TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA	459	477	211	01	13.311,0
TRANSMATIC TRANSPORTE E COMERCIO LTDA	07	07	-	-	171,0
TRANSORPE - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA	07	04	07	-	172,0
TRANSPAIM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA	56	59	06	-	1.416,0
TRANSPARAGUAY TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA	155	149	78	-	4.141,0
TRANSPEL TRANSPORTADORA DE PAPEL LTDA	58	61	-	-	1.428,0
TRANSPORTADORA ALEXANDRA LTDA	02	01	01	-	31,0
TRANSPORTADORA AMIZADE LTDA	3.039	2.819	65	01	67.050,0
TRANSPORTADORA AUGUSTA SP LTDA	189	177	78	-	5.048,0
TRANSPORTADORA BINACIONAL LTDA	525	547	05	-	12.842,0
TRANSPORTADORA BDICY LTDA	56	66	-	-	1.503,0
TRANSPORTADORA BOSCAINI LTDA	04	10	02	-	258,0
TRANSPORTADORA D'AGOSTINI E REPRESENTAÇÕES LTDA.	-	-	22	-	186,0
TRANSPORTADORA FALCAO LTDA	243	162	53	-	4.384,0
TRANSPORTADORA NOSSA SENHORA DA APARECIDA LTDA	413	395	23	-	9.531,0
TRANSPORTADORA PERDLA LTDA	255	265	202	02	8.330,0
TRANSPORTADORA ROTA 90 LTDA	28	26	70	-	1.583,0
TRANSPORTADORA VETA LTDA	25	24	12	-	689,0
TRANSPORTE INTERNACIONAL PARAIBA LTDA	10	09	-	-	212,0
TRANSPORTES CEAM LTDA	-	08	-	-	184,0
TRANSPORTES FANNY S.A.	200	224	-	-	5.192,0
TRANSPORTES PELLEZZI LTDA	54	56	60	01	1.874,0
TRANSPORTES RODOVAL LTDA.	203	198	79	04	5.572,0
TRANSDNAVI TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA	51	66	70	01	2.189,0
TRL TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA	195	184	01	-	4.286,0
V.PILATI EMPRESA DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA	2.549	2.356	37	-	55.826,0
VIA DUPLA TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA	30	35	-	-	845,0
WHYLLAS TRANSPORTES LTDA	50	56	03	-	1.395,0
TOTAL	16.802	16.293	2.121	19	290.325,0



**RELATORIO DE FROTA AGREGADA**

VEICULOS HABILITADOS NO BRASIL EM REGIME DE FRETEIROS	35.216
VEICULOS HABILITADOS NO PARAGUAI EM REGIME DE FRETEIROS	7.876
TOTAL	43.092
VEICULOS COM HABILITADOS ÚNICA NO BRASIL EM REGIME DE FRETEIROS	12.488
VEICULOS COM HABILITADOS ÚNICA NO PARAGUA I EM REGIME DE FRETEIROS	4.925
TOTAL DE PLACAS COM HABILITAÇÃO ÚNICA	13.911



ATA DA XX REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PARAGUAI, DOS  
ORGANISMOS NACIONAIS COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO  
ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL TERRESTRE –  
ATIT.

**ANEXO IV**

### Importaciones via Camion desde el Brasil (kilos)

	Oct-01	Nov-01	Dic-01	Ene-02	Feb-02	Mar-02	Abr-02	May-02	Jun-02	Jul-02	Ago-02	Sep-02
Cargas Generales	63.190.419	47.535.240	44.520.511	43.870.961	43.576.242	36.418.032	53.059.769	47.267.425	56.862.923	46.832.591	58.445.038	50.995.841
Abonos	31.218.743	6.117.015	2.599.410	5.714.000	10.250.228	9.060.156	18.681.888	6.861.774	8.542.315	18.904.618	41.319.907	66.536.122
Fertilizantes	1.938.775	2.000	14.600	2.251.000	64.699	270.345	2.362.500	5.706.000	1.014.930	2.227.340	1.964.584	5.805.909
TOTAL	96.347.937	53.654.255	47.134.521	51.835.961	53.891.169	45.748.533	74.104.157	59.835.199	66.420.168	67.964.549	101.729.509	123.337.872

### Exportaciones via Camion al Brasil (kilos)

	Oct-01	Nov-01	Dic-01	Ene-02	Feb-02	Mar-02	Abr-02	May-02	Jun-02	Jul-02	Ago-02	Sep-02
Cargas Generales	25.012.548	18.213.509	15.307.497	12.921.779	22.996.569	18.313.361	29.796.955	23.870.614	27.547.691	22.538.145	24.536.800	18.557.409
Soja en granos	164.138.450	53.304.500	28.000.000	10.500.000	68.550.000	133.816.000	147.650.000	48.508.000	166.024.500	88.500.000	118.200.000	94.000.000
Derivados Soja	33.561.000	21.507.000	27.782.000	53.941.000	26.516.000	14.281.000	40.758.000	25.763.000	33.978.000	29.952.000	31.863.500	45.412.000
Girasol	0	0	0	1.935.520	50.000	275.000	75.000	0	0	0	0	0
Trigo	6.450.000	13.373.000	9.441.717	14.589.834	6.305.000	1.028.000	2.155.000	2.698.000	4.385.990	5.701.070	1.619.010	10.049.170
Sorgo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Maiz	20.359.750	18.679.000	22.511.000	18.500.000	33.700.000	11.200.000	3.579.341	0	1.000.000	17.000.000	21.247.000	38.770.000
Arroz	432.000	702.000	189.000	81.000	297.000	1.102.500	756.000	513.000	2.400.000	1.619.000	1.113.000	3.641.000
TOTAL	249.953.748	125.779.009	103.231.214	112.469.133	158.414.569	180.015.861	224.770.296	101.352.614	235.336.181	165.320.215	198.579.310	210.429.579

Fuente: OCIT - despachos aduaneros

### Cantidad de viajes estimados de Importaciones via Camion desde el Brasil

	Oct-01	Nov-01	Dic-01	Ene-02	Feb-02	Mar-02	Abr-02	May-02	Jun-02	Jul-02	Ago-02	Sep-02
<b>Cargas Generales 18,000 kg/camion</b>	3.511	2.641	2.473	2.437	2.421	2.023	2.948	2.626	3.159	2.602	3.247	2.833
<b>Abonos</b>	1.249	245	104	229	410	362	747	274	342	756	1.653	2.661
<b>Fertilizantes</b>	78	0	1	90	3	11	95	228	41	89	79	232
<b>TOTAL</b>	<b>4.837</b>	<b>2.886</b>	<b>2.578</b>	<b>2.756</b>	<b>2.833</b>	<b>2.396</b>	<b>3.790</b>	<b>3.129</b>	<b>3.541</b>	<b>3.447</b>	<b>4.978</b>	<b>5.727</b>

### Cantidad de viajes estimados de Exportaciones via Camion al Brasil

	Oct-01	Nov-01	Dic-01	Ene-02	Feb-02	Mar-02	Abr-02	May-02	Jun-02	Jul-02	Ago-02	Sep-02
<b>Cargas Generales</b>	1.001	729	612	517	920	733	1.192	955	1.102	902	981	742
<b>Soja en granos</b>	6.566	2.132	1.120	420	2.742	5.353	5.906	1.940	6.641	3.540	4.728	3.760
<b>Derivados Soja</b>	1.342	860	1.111	2.158	1.061	571	1.630	1.031	1.359	1.198	1.275	1.816
<b>Girasol</b>	-	-	-	77	2	11	3	-	-	-	-	-
<b>Trigo</b>	258	535	378	584	252	41	86	108	175	228	65	402
<b>Sorgo</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Maiz</b>	814	747	900	740	1.348	448	143	-	40	680	850	1.551
<b>Arroz</b>	17	28	8	3	12	44	30	21	96	65	45	146
<b>TOTAL</b>	<b>9.998</b>	<b>5.031</b>	<b>4.129</b>	<b>4.499</b>	<b>6.337</b>	<b>7.201</b>	<b>8.991</b>	<b>4.054</b>	<b>9.413</b>	<b>6.613</b>	<b>7.943</b>	<b>8.417</b>

### Importaciones via Camion desde el Brasil (kilos)

	Oct-01	Nov-01	Dic-01	Ene-02	Feb-02	Mar-02	Abr-02	May-02	Jun-02	Jul-02	Ago-02	Sep-02
Cargas Generales	63.190.419	47.535.240	44.520.511	43.870.961	43.576.242	36.418.032	53.059.769	47.267.425	56.862.923	46.832.591	58.445.038	50.995.841
Abonos	31.218.743	6.117.015	2.599.410	5.714.000	10.250.228	9.060.156	18.681.888	6.861.774	8.542.315	18.904.618	41.319.907	66.536.122
Fertilizantes	1.938.775	2.000	14.600	2.251.000	64.699	270.345	2.362.500	5.706.000	1.014.930	2.227.340	1.964.564	5.805.909
<b>TOTAL</b>	<b>96.347.937</b>	<b>53.654.255</b>	<b>47.134.521</b>	<b>51.835.961</b>	<b>53.891.169</b>	<b>45.748.533</b>	<b>74.104.157</b>	<b>59.835.199</b>	<b>66.420.168</b>	<b>67.964.549</b>	<b>101.729.509</b>	<b>123.337.872</b>

### Exportaciones via Camion al Brasil (kilos)

	Oct-01	Nov-01	Dic-01	Ene-02	Feb-02	Mar-02	Abr-02	May-02	Jun-02	Jul-02	Ago-02	Sep-02
Cargas Generales	25.012.548	18.213.509	15.307.497	12.921.779	22.996.569	16.313.361	29.796.955	23.870.614	27.547.691	22.538.145	24.536.800	18.557.409
Soja en granos	164.138.450	53.304.500	28.000.000	10.500.000	68.550.000	133.816.000	147.650.000	48.508.000	166.024.500	88.500.000	118.200.000	94.000.000
Derivados Soja	33.561.000	21.507.000	27.782.000	53.941.000	26.516.000	14.281.000	40.758.000	25.763.000	33.978.000	29.962.000	31.863.500	45.412.000
Girasol	0	0	0	1.935.520	50.000	275.000	75.000	0	0	0	0	0
Trigo	6.450.000	13.373.000	9.441.717	14.589.834	6.305.000	1.028.000	2.155.000	2.698.000	4.385.990	5.701.070	1.619.010	10.049.170
Sorgo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Maiz	20.359.750	18.679.000	22.511.000	18.500.000	33.700.000	11.200.000	3.579.341	0	1.000.000	17.000.000	21.247.000	38.770.000
Arroz	432.000	702.000	189.000	81.000	297.000	1.102.500	756.000	513.000	2.400.000	1.619.000	1.113.000	3.641.000
<b>TOTAL</b>	<b>249.953.748</b>	<b>125.779.009</b>	<b>103.231.214</b>	<b>112.469.133</b>	<b>158.414.569</b>	<b>180.015.861</b>	<b>224.770.296</b>	<b>101.352.614</b>	<b>235.336.181</b>	<b>165.320.215</b>	<b>198.579.310</b>	<b>210.429.579</b>

Fuente: OCIT - despachos aduaneros

## Cantidad de viajes estimados de Importaciones via Camion desde el Brasil

	Oct-01	Nov-01	Dic-01	Ene-02	Feb-02	Mar-02	Abr-02	May-02	Jun-02	Jul-02	Ago-02	Sep-02
<b>Cargas Generales 18,000 kg/camion</b>	3.511	2.641	2.473	2.437	2.421	2.023	2.948	2.626	3.159	2.602	3.247	2.833
<b>Abonos</b>	1.249	245	104	229	410	362	747	274	342	756	1.653	2.661
<b>Fertilizantes</b>	78	0	1	90	3	11	95	228	41	89	79	232
<b>TOTAL</b>	<b>4.837</b>	<b>2.886</b>	<b>2.578</b>	<b>2.756</b>	<b>2.833</b>	<b>2.396</b>	<b>3.790</b>	<b>3.129</b>	<b>3.541</b>	<b>3.447</b>	<b>4.978</b>	<b>5.727</b>

## Cantidad de viajes estimados de Exportaciones via Camion al Brasil

	Oct-01	Nov-01	Dic-01	Ene-02	Feb-02	Mar-02	Abr-02	May-02	Jun-02	Jul-02	Ago-02	Sep-02
<b>Cargas Generales</b>	1.001	729	612	517	920	733	1.192	955	1.102	902	981	742
<b>Soja en granos</b>	6.566	2.132	1.120	420	2.742	5.353	5.906	1.940	6.641	3.540	4.728	3.760
<b>Derivados Soja</b>	1.342	860	1.111	2.158	1.061	571	1.630	1.031	1.359	1.198	1.275	1.816
<b>Girasol</b>	-	-	-	77	2	11	3	-	-	-	-	-
<b>Trigo</b>	258	535	378	584	252	41	86	108	175	228	65	402
<b>Sorgo</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Maiz</b>	814	747	900	740	1.348	448	143	-	40	680	850	1.551
<b>Arroz</b>	17	28	8	3	12	44	30	21	96	65	45	146
<b>TOTAL</b>	<b>9.998</b>	<b>5.031</b>	<b>4.129</b>	<b>4.499</b>	<b>6.337</b>	<b>7.201</b>	<b>8.991</b>	<b>4.054</b>	<b>9.413</b>	<b>6.613</b>	<b>7.943</b>	<b>8.417</b>

Fuente: Estimacion Propia

**EMPRESAS BRASILEÑAS QUE OPERAN CON LA RCA. DEL PARAGUAY**

N° NOMBRE O RAZÓN SOCIAL N° de Resol. CIT SIR CAM ACCP TOTAL VIGENCIA

1	ACCORD ASSESORIA DO COMERCIO EXTERIOR LIMITADA.	539/1994	4	5			9	16/07/97
2	AGROBAN COMERCIO DE CEREAIS LIMITADA.	660/1997	5	3			8	22/05/02
3	ÁLAMO LOGISTICA E TRANSPORTE INTERMODAL LTDA.	09/16-01-2002	5	7	1		13	16/01/03
4	ATDL TRANSPORTES RODOVIARIOS LIMITADA.	649/1996	15	15			30	09/05/01
5	ATLANTIC STAR TRANSPORTE EXPORT. IMPORT. Y REPRESENTACIONES LIMITADA.	795/27-06-2000	2	2	2		6	07/07/23
6	B. GRECA & COMPAÑIA LIMITADA.	1498/94	17	26			43	06/10/96
7	BACEL LOGISTICA TRANSITARIA INTERNACIONAL LIMITA.	95/04-04-2001	5	6			11	04/04/02
8	BARTHOLO TRANSPORTES RODOVIARIOS LIMITADA.	49/13-03-2001	7	7	3		17	16/03/03
9	BLANCHIN & AUGUSTO TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA.	60/22-04-2002	4	7			11	22/04/03
10	BIFF TRANSPORTES RODOVIARIOS LIMITADA.	82/03-04-2001	8	11			19	03/04/03
11	BONANCA COMERCIO EXTERIOR LIMITADA.	1693/1999	6	4			10	02/11/02
12	BUTURI TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA.	1087/1995	134	139			273	24/07/00
13	BUZZA TRANSPORTES RODOVIARIOS LIMITADA.	38/08-03-2001	41	41			82	08/03/03
14	C. P. PICCOLI & COMPAÑIA LIMITADA.	PROVISORIO	6	5			11	22/12/98

15	CARGESSO TRANSPORTES RODOVIARIOS LIMITADA.	1411/1999	12	12		24	01/10/01
16	CARGOLIFT LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA.	400/10-10-2002	4	8		12	10/10/03
17	CATTALINI TRANSPORTES LIMITADA.	45/10-05-1999	42	86	1	129	10/05/03
18	CIDADE AZUL TRANSPORTES LIMITADA.	51/04-06-2001	2	1	9	12	04/06/03
19	CILAC SERVICIOS E TRANSPORTES LIMITADA.	1912/1997	3	5	2	10	31/12/02
20	COMERCIO DE CEBOLA SANTA CATARINA LIMITADA.	864/1997	3	3	1	7	14/07/98
21	COMERCIO DE MADEIRAS E TRANSPORTES MARACA LIMITADA.	31/09-05-2001	4	4	1	9	09/05/02
22	COMPANIA TRANSPORTADORA E COMERCIAL TRANSOLOR LTDA.	31/09-05-2001	20	20		40	18/11/01
23	COOPERINTER - Cooperativa de Condutores Autonomos de Containers e Cargas Nacionais e Internacionais do Estado de Sao Paulo.	56/06-02-2002	12	12	3	27	06/02/03
24	COOPETRANS - COOPERATIVA DE TRANSPORTES DE SAO J. DOS PINHAS.	645/1999	8	8		16	19/07/00
25	COOTRANSUL COOPERATIVA DOS TRANSPORTADORES DO MERCOSUR LIMITADA.	1744/1999	106	98	5	209	12/11/00
26	COTRESC - COOP. DE TRANSP. DE CARGAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA LIMITADA.	31/09-09-1999	196	182		378	09/09/03
27	CHILLAN CARGO LIMITADA.	1657/1997	4	5		9	02/01/99
28	DATA DESPACHOS ADUANEROS E TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA.	101/19-03-2002	2	3	1	6	19/03/03
29	DC - TRANSPORTADORA RODOVIARIA NACIONAL LTDA.	86/01-10-2002	4	4		8.	01/10/03
30	DEL RIO COMERCIO E TRANSPORTES LTDA.	06/21-03-2002	13	12		25	21/03/03
31	DELESTE TRANSPORTES RODOVIARIOS LIMITADA.	02/17-12-2001	6	7		13	17/12/02
32	DI CANALLI COMERCIO, TRANSPORTES E EMPREENDIMENTOS LIMITADA.	298/03-09-2001	28	31		59	03/09/03
33	DSR TRANSPORTES RODOVIARIOS LIMITADA.	07/10-04-2001	16	81		97	10/04/03
34	EDIR ALMEIDA DA SILVA & COMPANIA LIMITADA.	26/08-03-2001	10	13	1	24	08/03/03



35	EMPRESA DE TRANSPORTES TORLIM LIMITADA.	82/01-11-2001	9	6	5		20	01/11/02
36	ESTRELA ADMINTSTADORA DE TRANSPORTES SC LIMITADA.	90/03-04-2001	4	4			8	03/04/03
37	EXPRESO ARACATUBA S. A.	52/17-04-2002	67	212	26		305	17/02/03
38	EXPRESO DE MARCO LIMITADA.	287/1996	15	33			48	31/05/97
39	EXPRESO INDUSTRIAL LIMITADA.	1103/1994	20	42			62	16/10/98
40	EXPRESSO ORIENTE INTERNACIONAL TRANSPORTE RODOVIARIO LIMITADA.	1536/1999	4	4			8	08/10/00
41	EXPRESSO SANRODA LIMITADA.	1190/1999	18	36	0	1	55	21/09/03
42	FECLARIA SAL TO PILAO LIMITADA.	873/11-07-2000	5	5	4		14	11/07/03
43	FELICE E. FRATELLO TRANSPORTES RODOVIARIOS LIMITADA.	99/19-03-2002	4	4			8	19/03/03
44	FRTZ EXPRESS LOGISTICA INTEGRADA TRANSP. NAC. E INTERNAC. LIMITADA.	1531/1999	5	6	2		13	18/10/02
45	GAMAR TRANSPORTES E REPRESENTACOES LIMITADA.	PROVISORIO	9	10			19	16/09/98
46	GLOBOAVES AGRO AVICOLA LIMITADA.	861/06-07-2000	1	1	13		15	06/07/03
47	GRALHA AZUL A VICOLA LIMITADA.	89/03-04-2001			8		8	03/04/03
48	GRANERO TRANSPORTES LIMITADA.	1500/1994	4	5			9	24/12/97
49	GRECA TRANSPORTE DE CARGAS LTDA.	256/26-06-2002	56	101			157	26/06/03
50	GUADALUPE TRANSPORTES LIMITADA.	332/09-09-1999	2	2	3		7	09/09/02
51	GUAHYRA TRANSPORTES LIMITADA.	539/09-05-2000	4	3	1		8	09/05/03
52	H. RIPP LIMITADA.	1363/1997			5		5	15/10/98
53	I.S.C. TRANSPORTES LTDA.	420/05-11-2002	7	11			18	05/11/03
54	IMPULSE TRANSPORTES RODOVIARIOS LIMITADA.	41/12-04-2002	1	4			5	12/04/03

55	INDUSTIA E COMERCIO FRIOS E LACTICINIOS CATARATAS LIMITADA.	PROVISORIO							7	08/11/98
56	INTERLATINA TRANSPORTES RODOVIARIOS LIMITADA.	304/27-06-2000	3	5					8	07/07/02
57	INTERLINK TRANSPORTES INTERNACIONAIS LIMITADA.	28/08-03-2001	2	4					6	08/03/02
58	IOMA TRANSPORTES LTDA.	267/03-07-2002	10	15					25	03/07/03
59	IRS TRANSPORTES RODOVIARIOS LIMITADA.	27/24-09-2001	4	4					8	24/09/02
60	J. J. S. TRANSPORTES LIMITADA.	288/15-07-2002	2	4	2				8	15/07/03
61	J. O. MACIEL & COMPANHIA LIMITADA.	53/16-03-2001	4	4	1				9	16/03/02
62	JAMEF TRSNPORTES LTDA.	61/06-02-2002	9	1					10	06/02/03
63	JATEX TRANSPORTES LIMITADA.	513/10-05-2002	18	77					95	10/05/03
64	JOAO MAURICIO CASA DE SOUZA	104/21-03-2003	41	56	1				98	21/03/03
65	JUMBO JET TRANSPORTES INTERNACIONAIS LIMITADA.	51/2000	3	2	2				7	18/01/01
66	LAR TRANSPORTES LIMITADA.	250/06-06-2000	48	48					96	06/06/03
67	LASKOS & COMPANHIA LIMITADA.	66/15-06-2001	7	17	7				31	15/06/03
68	LUXAFIT TRASNPORTES LIMITADA.	56/16-03-2001			8				8	16/03/02
69	MALASKI & COMPANHIA LIMITADA.	1023/1994	10	10					20	22/09/99
70	MARIO DE OLIVEIRA ZANARDINI & COMPANHIA LIMITADA.	222/2000			3				3	02/03/03
71	MB. EXPRESS SERVICOS E TRANSPORTES LIMITADA.	58/16-03-2001	1	2	3				6	16/03/02
72	METALURGICA SIMEATO LIMITADA.	399/07-07-1999	17	16	11				44	07/07/03
73	MICHELON TRANSPORTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS LIMITADA.	835/1999	5	6					11	30/06/00
74	MIRA OTM TRANSPORTES LIMITADA.	63/30-03-2000	6	15					21	30/03/02

	PROVISORIO			10	10	22/07/99
75	MUDANCAS PIETRUK LIMITADA.					
76	NIV - CAR TRANSPORTES RODOVIARIOS LIMITADA.	63/16-06-2001	4	3	2	15/06/03
77	NOBRESA TRANSPORTE LIMITADA.	15/15/1999	3	3	1	19/10/03
78	NPL TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA.	50/10-09-2002	4	5		10/09/03
79	OMEGA TRANSPORTES E SERVICOS LIMITADA.	01/05-09-2001	4	4	1	05/09/02
80	ONO TRANSPORTADORA RODOVIARIA INTERNACIONAL LIMITADA.	1929/1999	3	3		09/12/02
81	ORLY COMERCIO EXTERIOR E TRANSPORTE LTDA.	86/07-11-2001	4	8	2	07/11/02
82	OTTMAR B. SCHULTZ S. A. (EXPRESO CRUZADOR)	826/1996	11	19	12	17/06/01
83	OURO BRANCO TRANSPORTES INTERNACIONAL DE CARGAS LIMITADA.	553/1998	28	51		16/04/02
84	OURO E PRATA CARGAS S.A.	399/10-10-2001	18	18		10/10/03
85	OURO VERDE TRANSPORTE E LOCAÇÃO LIMITADA.	956/15-12-1999	200	353	18	15/12/02
86	PARATI S. A.	86/10-05-2002	1	2	23	10/05/03
87	PENTAGIG-EXPORTAÇÃO DE MANUFATURADOS LTDA.	26/24-09-2001	5	3	1	24/09/02
88	PLUMA CONFORTO E TURISMO LIMITADA.	1721/1995			25	21/08/97
89	REBESQUINI S. A. TRANSPORTES	55/17-12-2001	37	39	4	17/12/02
90	RL TRANSPORTES IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LIMITADA.	321/1998	3	1	1	09/03/03
91	RODO GASPAR TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA.	15/22-04-2002	5	2	8	22/04/03
92	RODO MAR VEICULOS E MAQUINAS LIMITADA.	60/25-04-2000	71	61		25/04/03
93	RODOBRAS RODOVIARIO BRASILEIRO DE TRANSPORTE LIMITADA.	278/1996	7	7		09/03/01
94	RODOFIBRA TRANSPORTES LTDA.	22/02-04-2002	3	10		02/04/02

95	RODOMIGLIO TRANSPORTES RODOVIARIOS MIGLIORINI LIMITADA.	971/26-07-2000				16	16	26/07/01
96	RODOPAR RODOVIARIO DE TRANSPORTES LIMITADA.	1740/1999	4	4			8	12/11/00
97	RODOVIARIO MICHELON LIMITADA.	238/03-08-2001	383	711	7		1101	03/08/03
98	RODOVIARIO PONTA PARA TRANSPORTE E COMERCIO LIMITADA.	427/1996	3	4			7	22/08/97
99	ROTA SUL TRANSPORTES DE CARGAS LIMITADA.	50/16-03-2001	1	4	3		8	16/03/02
100	RUY DE SILOS FERRAZ E COMPANHIA LIMITADA.	731/1997	5	3	1		9	05/04/00
101	SADA TRANSPORTES E ARMAZENAGENS LIMITADA.	268/03-07-2002	7	7			14	03/07/03
102	SALLES RIBEIRO & COMPANHIA LIMITADA.	311/06-09-1999	7	7	2		16	06/09/03
103	SANHACO TRANSPORTES LTDA.	203/23-05-2002	1	2	5		8	23/05/03
104	SEGATT TRANSPORTES LIMITADA.	974/26-07-2000	8	7			15	26/07/02
105	SR RODRIGUES TRANSPORTES RODOVIARIOS LIMITADA.	83/03-07-2001	4	4			8	03/07/03
106	T. B. TRANSPORTADORA DE BETUMES LIMITA.	475/1996	6	29			35	31/12/01
107	TATIANA RIBEIRO & COMPANHIA LIMITADA.	565/1997	5	6			11	30/04/00
108	TEGMA GESTAO LOGISTICA LTDA.	1349/1998	127	127			254	07/12/02
109	TERRAMARES PLANIFICACAO DE TRANSPORTES E COMERCIO EXTERIOR LIMITADA.	279/03-07-2002	4	6			10	12/10/03
110	TIQUINHO TRANSPORTES LIMITADA.	1593/1995	5	5			10	20/09/00
111	TISA TRANSPORTES RODOVIARIOS LIMITADA.	362/20-03-2000	3	4			7	30/03/01
112	TJH TRANSPORTES DE CARGAS RODOVIARIOS LIMITADA.	261/25-07-2000	4	4			8	25/07/02
113	TLT TECNOLOGIA E LOGISTICA EM TRANSPORTES LIMITADA.	852/29-12-1999	17	36	2		55	29/06/03
114	TNORTE TRANSPORTADORA NORDESTINA DE VEICULOS LIMITADA.	367/23-09-2002	36	154			190	23/09/03

115	TOME ENGENHARIA E TRANSPORTE LIMITADA.	PROVISORIO	106	73			179	30/04/01
116	TORA TRANSPORTES INDUSTRIAIS LIMITADA.	592/1997	6	12			18	16/12/00
117	TRACONEL TRANSPORTADORA CORSARIO NEGRO LIMITADA.	64/05-06-2001	5	5			10	04/05/02
118	TRANS CERAMICA LIMITADA.	09/04-09-1999	9	10			19	04/09/03
119	TRANS-RODAE LESTE LTDA.	87/13-05-2002	4	7			11	13/05/03
120	TRANSALEX CARGAS LIMITADA.	1685/1999	54	165	18		237	02/11/03
121	TRANSBAND - TRANSPORTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS LIMITADA.	55/19-10-2001	1	4			5	19/10/02
122	TRANSBRASA TRANSITARIA BRASILEIRA LTDA.	63/26-12-2001	20	60			80	12/06/02
123	TRANSCATARATAS - EMPRESA DE TRANSPORTE RODOVIARIOS LIMITADA.	30/26-12-2001	4	4			8	09/05/03
124	TRANSCOCAMAR LIMITADA.	PROVISORIO	4	4			8	16/02/96
125	TRANSCONTAINER DO BRASIL TRANSPORTES LIMITADA.	25/24-09-2001	8	10	2		20	24/09/02
126	TRANSPANEMA TRANSPORTES LIMITADA.	27/03-07-2002	6	6			12	03/07/03
127	TRANSJO TRANSPORTES RODOVIARIOS DE CARGAS LIMITADA.	500/22-05-2000			4		4	22/05/03
128	TRANSLION TRANSPORTES RODOVIARIOS LIMITADA.	29/29-11-2001	5	6	2		13	29/11/02
129	TRANSLI-TRANSPORTADORA LIBERDADE LIMITADA.	1358/1998	4	5			9	13/10/03
130	TRANSMABI TRANSPORTES LTDA.	14/28-08-2000	5	7			12	28/08/02
131	TRANSMAR DE SANTOS TRANSPORTES RODOVIARIOS LIMITADA	28/24-09-2001	2	6			8	13/03/02
132	TRANSMAREL TRANSPORTES RODOVIARIOS LIMITADA.	84/03-07-2001	4	4			8	03/07/03
133	TRANSMATIC TRANSPORTE E COMERCIO LIMITADA.	PROVISORIO	29	30			59	31/12/02
134	TRANSNARDO TRANSPORTES LIMITADA.	1350/1998	16	18	5		39	08/10/00

135	TRANSNOBEL TRANSPORTES LIMITADA.	1105/1997	4	4		8	15-Oct
136	TRANSORPE TRANSPORTES RODOVIARIOS LIMITADA.	51/16-03-2001	25	29		54	16/03/03
137	TRANSPAIM TRANSPORTES RODOVIARIOS LIMITADA.	1403/1998	5	5		10	20/10/03
138	TRANSPALLET TRANSPORTES RODOVIARIOS DE CARGAS LIMITADA.	302/27-06-2000	1	6	14	21	07/07/01
139	TRANSPARAGUAY Y TRANSPORTES RODOVIARIOS LIMITADA.	47/16-03-2001	8	24		32	16/03/03
140	TRANSPTEL TRANSPORTADORA DEL PAPEL LIMITADA.	289/1996	4	4		8	31/12/02
141	TRANSPESA DELLA VOLPE LIMITADA.	1438/1996	53	87	4	144	26/09/01
142	TRANSPORTADORA ALEXANDRA LIMITADA.	28/29-11-2001	10	21	1	32	29/11/02
143	TRANSPORTADORA AMERICA LATINA LIMITADA.	97/19-08-1999	5	5		10	19/08/02
144	TRANSPORTADORA AMIZADE LIMITADA.	1533/1999	7	10		17	03/11/03
145	TRANSPORTADORA AUGUSTA SP LIMITA.	309/28-05-2002	11	22		33	28/05/03
146	TRANSPORTADORA AZUL E BRANCO LIMITADA.	PROVISORIO	11	8	6	25	23/03/97
147	TRANSPORTADORA BINACIONAL LTDA.	59/22-04-2002	4	4		8	22/04/03
148	TRANSPORTADORA BOICY LIMITADA.	26/26-03-1998	89	80		169	26/03/03
149	TRANSPORTADORA BOSCAINI LIMITADA.	239/03-08-2001	11	18		29	03/08/03
150	TRANSPORTADORA CAFEGUASSU LIMITADA.	2203/1995	4	3	2	9	19/12/00
151	TRANSPORTADORA D'AGOSTINI E REPRESENTACIONES LIMITADA.	07/28-08-2000			9	9	28/08/03
152	TRANSPORTADORA FACCENDA LIMITADA.	1547/1995	9	10	4	23	22/04/98
153	TRANSPORTADORA FALCAO LIMITADA.	791/01-06-1998	167	215		382	09/03/02
154	TRANSPORTADORA FERLIN LIMITADA.	2209/1995	9	5		14	30/06/98

155	TRANSPORTADORA GRAMADO LIMITADA.	1598/1995	6	6			12	20/09/00
156	TRANSPORTADORA INTERPREIS LIMITADA.	816/1996			14		14	24/09/97
157	TRANSPORTADORA KINTA RODA LTDA.	39/11-04-2002	5	4			9	11/04/03
158	TRANSPORTADORA LAGO AZUL LIMITADA	67/13-09-1999	1	1	4		6	13/09/02
159	TRANSPORTADORA LAMBERTI LTDA.	80/09-05-2002	8	8			16	09/05/03
160	TRANSPORTADORA LOPESCO LIMITADA.	1051/1999	3	3			6	05/08/00
161	TRANSPORTADORA MATSUDA LIMITADA.	86/1998	26	24			50	11/02/99
162	TRANSPORTADORA MUNHAK & PILATI LIMITADA.	1848/1999	4	4			8	25/11/02
163	TRANSPORTADORA NOSSA SENHORA DA APARECIDA LIMITADA.	325/1998	4	4	1		9	09/03/03
164	TRANSPORTADORA NOSSA SENHORA DE CARAVAGGIO LIMITADA.	1364/1999	4	4			8	01/10/00
165	TRANSPORTADORA PEROLA LIMITADA.	53/17-12-2001	31	33	18		82	17/12/02
166	TRANSPORTADORA RODO IMPORT LIMITADA.	63/21-03-2001	1	1	5		7	21/03/02
167	TRANSPORTADORA ROTA 90 LIMITADA.	84/28-06-1999	15	23	9	12	59	28/06/03
168	TRANSPORTADORA RUDIGER LIMITADA.	PROVISORIO	26	31			57	30/09/00
169	TRANSPORTADORA SANTA FELICIDADE LIMITADA.	556/1997	4	6			10	21/07/02
170	TRANSPORTADORA SIMONETTI LIMITADA.	39/22-05-2001	8	3			11	22/05/02
171	TRANSPORTADORA SINIMBU LIMITADA.	653/1997	97	143			240	21/05/02
172	TRANSPORTADORA TAPAJOS S. A.	PROVISORIO	14	13			27	17/04/96
173	TRANSPORTADORA TIAZIANE LIMITADA.	1594/1995	4	4			8	23/03/00
174	TRANSPORTADORA TODESCHINI LIMITADA.	1192/1995	2	2	7		11	10/05/97

175	TRANSPORTADORA VANOLLI LIMITADA.	374/1997	16	19			35	26-Mar
176	TRANSPORTADORA VANTROBA LTDA.	157/18-12-2001	22	45			67	18/12/02
177	TRANSPORTADORA VETA LIMITADA.	1366/1999	10	7			17	13/09/03
178	TRANSPORTADORA VOLTA REDONDA S. A.	06/1.993	15	25			40	25/11/97
179	TRANSPORTADORA ZIOMAR LTDA.	161/22-04-2002	10	10			20	22/04/03
180	TRANSPORTE INTERNACIONAL PARAIBA LIMITADA.	242/28-09-2000	5	6	4		15	28/09/03
181	TRANSPORTE MIMOSO LIMITADA.	630/1997	4	5			9	28/05/98
182	TRANSPORTES BORGIO LTDA.	PROVISORIO	30	57			87	01/01/03
183	TRANSPORTES CANHADA LTDA.	131/20-08-2002	6	11			17	20/08/03
184	TRANSPORTES CEAM LIMITADA.	550/1997	37	78			115	29/04/03
185	TRANSPORTES DALCOQUIO S. A.	91/1997	27	27			54	28/05/00
186	TRANSPORTES DE CARGAS TAMANDUA LIMITADA.	PROVISORIO	5	5			10	10/08/99
187	TRANSPORTES DINAMICO EXPRESS LIMITADA.	786/22-06-2000	3	3	5		11	22/06/01
188	TRANSPORTES FANNY S. A.	236/03-08-2001	9	8	1		18	03/08/03
189	TRANSPORTES FURLONG S. A.	1378/1997	21	53			74	25/09/02
190	TRANSPORTES GABARDO LIMITADA.	52/04-06-2001	93	112	10	1	216	04/06/03
191	TRANSPORTES INTERNACIONAIS DO BRASIL LTDA.	995/08-10-2002	4	4			8	07/11/02
192	TRANSPORTES L. E. M. C. LIMITADA.	20/27-04-2001	5	5			10	27/04/02
193	TRANSPORTES LOBA LIMITADA.	80/29-06-2001	4	4			8	29/06/03
194	TRANSPORTES MARTELAO LTDA.	168/27-12-2001	1	4	2		7	27/12/02



195	TRANSPORTES MARVEL LIMITADA.	53/04-06-2001	93	101	1	195	04/06/03
196	TRANSPORTES PARMA LIMITADA.	181/1996	2	2	2	6	28/05/97
197	TRANSPORTES PELLEZ LIMITADA.	63/22-05-1998	35	53	1	89	13/03/03
198	TRANSPORTES RODOJACTO LIMITADA.	38/28-01-2002	19	32	6	57	28/01/03
199	TRANSPORTES RODOVAL LIMITADA.	44/28-06-1999	6	6	2	14	30/06/03
200	TRANSPORTES RODOVIARIO TUCANO LIMITADA.	897/1999	18	26		44	19/07/00
201	TRANSPORTES RODOVIARIOS IMIGRATES LIMITADA	81/01-11-2001	2	3		5	01/11/03
202	TRANSPORTES ROMAN LTDA.	330/20-8-2002	22	28		50	20/08/03
203	TRANSPORTES SILVIO LTDA.	329/20-8-2002	19	12		31	20/08/03
204	TRANSQUADROS MUDANCAS E TRANSPORTES LIMITADA.	62/20-06-2000	30	65	16	111	20/06/01
205	TRANSONAVI TRANSPORTE RODOVIARIOS LIMITADA.	81/12-07-2002	2	2	5	9	12/07/03
206	TRANS-YGUAZU EMPRESA DE TRANSPORTES RODOVIARIOS L IMITADA.	94/30-08-2001	25	39	16	80	30/08/03
207	TRAPE TRANSPORTES LIMITADA.	1036/1998	30	28	10	68	08/07/02
208	TRELSA TRANSPORTES ESPECIALIZADOS DE LIQUIDOS S. A.	956/1997	16	19		35	08/10/98
209	TRU. TRANSPORTES RODOVIARIOS LIMITADA.	86/03-04-2001	2	4		6	03/04/03
210	UNIMODAL TRANSPORTES E SERVICIOS LTDA.	58/06-02-2002	2	3	0	5	06/02/03
211	UTC UNIVERSAL TRANSCONTINENTAL CARGA LTDA.	292/17-7-2002	4	10	3	17.	17/07/03
212	V. PILATI TRANSPORTES RODOVIARIOS LIMITADA.	39/12-03-2001	24	27		51	12/03/03
213	VARGUINHAS COMERCIO E-TRANSPORTES LIMITADA.	2016/1995	20	26		46	22/05/97
214	VBR COMERCIO E REPRESENTACIONES LIMITADA.	867/1999	5	5		10	3/7/00

215	VELOX TRANSPORTES LIMITADA.		355/1996	9	9	6	24	23/05/97
216	VIA DUPLA TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA.							
217	WILSON ZANETTE TRANZANETTE.		93/13-03-2002	9	16		25	13/03/03
218	WEBER TRANSPORTES DE CARGAS LIMITADA.		40/12-03-2001	4	5		9	13/03/02
219	WES AIR CARGO LIMITADA.		27/08-03-2001	8	10		18	08/03/02
220	WHYLLAS TRANSPORTES LIMITADA.		90/23-02-2000	3	7	3	13	23/02/02
221	ZANETTE TRANSPORTE INTERNACIONAIS LTDA.		761/20-06-2000	3	4	1	8	20/06/02
			PROVISORIO	4	5		9	01/09/02

**DIRECCION NACIONAL DE TRANSPORTE (DINATRAN)**

DIRECCION NACIONAL DE TRANSPORTE TERRESTRE  
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE INTERNACIONAL - DIVISION CARGA INTERNACIONAL  
SAN LORENZO - PARAGUAY

Nº	NOMBRE o RAZON SOCIAL	VENCIMIENTO	T./C.	S./R.	CAM.	ACOP.	TOTAL
1	A. G. S. TRANSPORTE INTERNACIONAL S. R. L.	06-ABRIL-1999	5	5			10
2	AGRO INDUSTRIAS M. & M. S. A.	12-MARZO-2003	5	5			10
3	AGRO TRANSPORTE ARA VEVE S. R. L.	31-ENERO-2003	12	13			25
4	AGUAPE S. R. L.	30-MARZO-2003	5	4			9
5	AMERICA SUR TRANSPORTE S. A.	01-OCTUBRE-2003	12	17	1	1	31
6	AMERICAS TRADE TRANSPORTE S. R. L.	31-ENERO-2002	5	12			17
7	ANDINA S. R. L.	01-JULIO-1998					0
8	ARA VERA S. A.	24-JULIO-2003	38	44	1		83
9	ASUNCION VANPACK S. R. L.	31-DICIEMBRE-2002	5	5	2		12
10	AZUCARERA PARAGUAYA S. A.	08-OCTUBRE-2003	4	4	2		10
11	BONANZA S. R. L.	31-OCTUBRE-2001	4	3			7
12	C. A. C. S. A.	30-JUNIO-2001	7	7			14
13	CELANO PAOLI S. A. (CEPASA)	30-AGOSTO-2002	4	4			8
14	CENTRO COMERCIAL DEL ESTE SOCIEDAD DE RESPONSABILIDAD LIMITADA	14-MARZO-2003	4	4			8
15	CENTRO SUR S. A.	28-FEBRERO-2002	4	4			8
16	COMPANIA PARAGUAYA DE LEVADURAS S. A. (COPALSA)	13-OCTUBRE-2003	3	2	4		9
17	CONAR PARAGUAY S. R. L.	31-AGOSTO-2002	25	31	1	1	58
18	COOPUCAP LIMITADA	17-JUNIO-2003	3	3	2	2	10
19	DISTRIBUCION Y TRANSPORTE S. R. L.	08-OCTUBRE-2003	37	60	2	2	101
20	EJES TRANSPORT S. R. L. (TRANSEJES)	31-ENERO-2003	8	7			15
21	EL CENTAURO S. R. L.	05-SETEMBRE-2003	3	3	3	3	12
22	EL SOL NORTEÑO S. R. L.	31-MAYO-2000	17	11	1		29
23	EURO AMERICA S. A.	31-OCTUBRE-2002	4	4			8
24	FETRACCIDEPP S. R. L.	01-JUNIO-2003	21	22			43
25	G. A. G. TRANSPORTE Y SERVICIO DE ADRIANO JARA DUBREZ	31-AGOSTO-2003	3	4			7
26	GANIL TRANSPORTES DE LUIS VICENTE PEREIRA ESPINOZA	18-NOVIEMBRE-2000	1	1	3	2	7
27	GLOBO S. A.	31-DICIEMBRE-2002	6	6			12
28	GOLONDRINA S. A.	22-AGOSTO-2003	8	10			18
29	H. POWER S. R. L.	31-JULIO-2001	10	10			20

DIRECCION NACIONAL DE TRANSPORTE (DINATRAN)

DIRECCION NACIONAL DE TRANSPORTE TERRESTRE

DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE INTERNACIONAL - DIVISION CARGA INTERNACIONAL.  
SAN LORENZO - PARAGUAY

30	INSERCO SOCIEDAD ANONIMA	26-MARZO-2003	4	4			8
31	INTERCARGO EXPRESO S. A.	30-SETIEMBRE-2003	7	7			14
32	JOSEMA S. A. C. I.	29-SETIEMBRE-2003	16	16	11	13	56
33	JUMBO INTERNACIONAL S. A.	22-DICIEMBRE-2002	22	20	1		43
34	KATUPRY TRANSPORTE Y SERVICIOS, IMPORTACION EXPORACION SOCIEDAD DE RESPONSABILIDAD LIMITADA	16-ENERO-2003	4	4			8
35	KIMEX S. R. L.	30-NOVIEMBRE-2000	2	4			6
36	KURUNDU S. R. L.	31-AGOSTO-2003	4	4			8
37	LA DILIGENCIA DE TRANSPORTE INTERNACIONAL S. A.	18-SETIEMBRE-2003	9	9			18
38	LA PALOMA S. R. L.	11-JUNIO-2003	7	6	6	2	21
39	LOS TRIGALES S. A.	16-JUNIO-2003	7	7	5	3	22
40	MULTICARGAS S. R. L.	31-AGOSTO-2003	10	9			19
41	NILD MORI S. R. L.	22-MAYO-2003	6	6			12
42	NUESTRA SEÑORA DE LA ASUNCION C. I. S. A.	11-DICIEMBRE-2002	76	95	1	1	173
43	NUEVO HORIZONTE S. A. (N. H. O. S. A.)	31-DICIEMBRE-2002	14	16			30
44	ODDONE S. R. L.	08-FEBRERO-2001	5	5			10
45	ORIEN PAR S. R. L.	31-JULIO-2000	9	6	1		16
46	OURO BRANCO SOCIEDAD DE RESPONSABILIDAD LIMITADA	30-ENERO-2003	6	6			12
47	PANAMERICANA TRANSPORTE S. R. L.	16-ENERO-2003	10	12	1		23
48	PARAGUAY TRANS S. R. L.	31-OCTUBRE-2001	5	5			10
49	PASIF S. R. L.	29-JULIO-2001			3		3
50	QUEBRACHO S. R. L.	31-AGOSTO-2003	58	65			123
51	R. & T. TRANSPORTES Y SERVICIOS S. R. L.	25-FEBRERO-2003	5	5			10
52	R. A. S. I. S. R. L.	30-JUNIO-2002	18	18			36
53	R. R. C. TRANSPORTE INTERNACIONAL SOCIEDAD DE RESPONSABILIDAD LIMITADA (R. R. C. TRANSPORTE INTERNACIONAL S. R. L.)	12-ABRIL-2003	3	3	1	1	8
54	RAPIDO PARANA S. R. L.	31-DICIEMBRE-2002	12	12			24
55	ROJAS ORTIZ S. R. L.	30-JUNIO-2003	27	31			58
56	ROMAN E HIJOS S. R. L.	31-MARZO-2003	3	3			6
57	ROTELA TRANSPORTE INTERANACIONAL S. R. L.	30-ABRIL-2003	5	5	5	3	18

**DIRECCION NACIONAL DE TRANSPORTE (DINAT/RAN)**

DIRECCION NACIONAL DE TRANSPORTE TERRESTRE  
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE INTERNACIONAL - DIVISION CARGA INTERNACIONAL  
SAN LORENZO - PARAGUAY

58	SAN ANDRES S. R. L.		30-JUNIO-2003	1	1	9	10	21
59	SAN ANDRES TRANSPORTE DE ENRIQUE SAAVEDRA ROCHA		31-MAYO-2002	8	8			16
60	SAN FRANCISCO S. R. L.		31-MARZO-2003	6	9	2	1	18
61	SAN JOSE S. R. L.		31-MAYO-2003	20	22	3	2	47
62	SANTA BARBARA S. R. L.		31-AGOSTO-2002	8	12			20
63	SEGETRAN S. R. L. (SERVICIOS GENERALES Y TRANSPORTES S. R. L.)		29-NOVIEMBRE-2002	4	4			8
64	SERVICIO INTERNACIONAL DE CARGAS S. R. L. (SERINCAR)		09-MAYO-2003	7	8			15
65	SERVIMEX S. R. L.		12-MARZO-2003	4	5	4		13
66	SETRAPAR S. R. L.		11-MAYO-1999	7	9			16
67	STELLA MARYS S. R. L.		11-JULIO-2001	11	13			24
68	SUGAS S. A.		31-OCTUBRE-2003	4	5			9
69	SUSANA ALICIA VELOSO LOPEZ E. I. R. L.		30-JUNIO-2003	11	11			22
70	TRANS DAVID S. A.		27-DICIEMBRE-2002	2	4			6
71	TRANS PARANA S. R. L.		31-ENERO-2000	6	6			12
72	TRANS RED S. A.		20-DICIEMBRE-2002	5	5			10
73	TRANS SUR S. R. L.		31-AGOSTO-2003	13	15			28
74	TRANSMODAL S. A.		30-MAYO-2003	17	17	21		55
75	TRANSOIL PARAGUAY S.A.		07-DICIEMBRE-2002	7	7			14
76	TRANSPORTADORA ADA INES S. A.		16-JULIO-2003	7	8			15
77	TRANSPORTADORA ARGENTINO - PARAGUAYO S. R. L.		31-MARZO-2003	3	3	1	1	8
78	TRANSPORTADORA BELLO HORIZONTE S. R. L.		13-DICIEMBRE-2002	2	3			5
79	TRANSPORTADORA DE PETROLEO Y ASFALTO S. A. (TRANSCOMPASA)		22-MAYO-2003	2	4			6
80	TRANSPORTADORA INTERNACIONAL DE CARGAS SAN MIGUEL ARCANGEL S. R. L. (TRANSMIARCA S. R. L.)		31-MAYO-2003	20	22			42
81	TRANSPORTADORA J. P. S. R. L.		26-NOVIEMBRE-2002	5	5			10
82	TRANSPORTADORA LA ESTRELLA S. R. L.		31-ENERO-2003	4	4	1	1	10
83	TRANSPORTADORA MARIA AUXILIADORA S. R. L.		30-JUNIO-2002	2	2	2	2	8
84	TRANSPORTADORA OVANDO GARAY S. R. L.		03-OCTUBRE-2003	4	4	5	5	18
85	TRANSPORTADORA SAN CAYETANO S. R. L.		31-JULIO-2001	21	29			50

DIRECCION NACIONAL DE TRANSPORTE (DINATRAN)  
 DIRECCION NACIONAL DE TRANSPORTE TERRESTRE  
 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE INTERNACIONAL - DIVISION CARGA INTERNACIONAL  
 SAN LORENZO - PARAGUAY

86	TRANSPORTADORA SANTA CATALINA S. R. L.	30-NOVIEMBRE-2001	4	4	4
87	TRANSPORTADORA SANTA MARIA S. R. L.	24-ENERO-2003	18	25	43
88	TRANSPORTADORA V. R. S. R. L.	31-MAYO-2000	6	6	12
89	TRANSPORTE COMA S. R. L.	JUNIO-2000	3	3	6
90	TRANSPORTE CORONA S. A.	30-SEPTIEMBRE-2003	4	4	8
91	TRANSPORTE DEL PARANA TRANSPAR SOCIEDAD DE RESPONSABILIDAD LIMITADA	13-MAYO-2003	4	4	8
92	TRANSPORTE PARAGUAY EXPRESS S. R. L.	30-NOVIEMBRE-2002	16	20	36
93	TRANSPORTE SEGURIDAD S. R. L.	20-OCTUBRE-2002	15	14	29
94	TRANSPORTE Y TURISMO MBURUCUYA POTY SOCIEDAD DE RESPONSABILIDAD LIMITADA	21-ENERO-2003	4	4	8
95	TRANSPORTES EL DORADO S. R. L.	17-NOVIEMBRE-2003	15	37	52
96	TRANSPORTES IMPEX S. A.	31-JULIO-2003	7	7	14
97	TRANSPORTES SAN NICOLAS	31-JULIO-2000	4	4	8
98	TRANSPORTES Y ESTIBAJES S. R. L.	30-JULIO-2002	8	7	15
99	TRANSPORTES Y SERVICIOS S. R. L.	25-MARZO-2003	9	10	19
100	TRANSURT S. R. L.	05-JUNIO-2003	5	6	11
101	TREBOL S. R. L.	31-JULIO-2003	4	4	8
102	UNION S. R. L.	06-NOVIEMBRE-2000	5	7	12
103	UNIPERSONAL AURELIO NOGUERA ROMERO	06-MARZO-2003	3	3	6
104	UNIPERSONAL AUSBERTO LUIS ORTELLADO RODRIGUEZ	30-JULIO-2001	5	6	11
105	UNIPERSONAL CANTALICIO BRITZ AGUILAR	30-JULIO-2002	18	11	29
106	UNIPERSONAL CARLOS ALBERTO MORINIGO GAMELL	06-MAYO-2003	11	18	30
107	UNIPERSONAL CARLOS ALFREDO COSTA FLORES	04-JUNIO-2003	2	2	6
108	UNIPERSONAL EDUARDO TELESFORO CHAPARRO	31-MAYO-2001	1	1	5
109	UNIPERSONAL EXPRESO ADRIAN DE PEDRO CASTILLO	23-AGOSTO-2003	4	4	8
110	UNIPERSONAL ISIDRO MELGAREJO CANO	27-JUNIO-2001	4	4	8
111	UNIPERSONAL JORGE GREGORIO JAIME CASTRO RUIZ DIAZ	13-FEBRERO-2003	7	6	13
112	UNIPERSONAL JOSE ANTONIO OJEDA LEGUIZAMON	31-JULIO-2001	4	6	10
113	UNIPERSONAL JOSE FRANCISCO JURADO	JULIO-1999	-	2	3
114	UNIPERSONAL JUAN ANTONIO PESOA	31-DICIEMBRE-2002	1	1	3
					2
					7

DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE INTERNACIONAL - DIVISION CARGA INTERNACIONAL  
 SAN LORENZO - PARAGUAY

115	UNIPERSONAL JUANA ROSA FRANCO QUINONEZ	11-AGOSTO-2000			2		2		2
116	UNIPERSONAL JULIO VICTOR LUCAS GALEANO	04-FEBRERO-2003	4	4					8
117	UNIPERSONAL LUIS ALBERTO CABALLERO KRAUER	18-JULIO-2001	2	3	1	1			7
118	UNIPERSONAL LUIS BELTRAN AYALA	MARZO-1999	2	3					5
119	UNIPERSONAL PABLINO CUEVAS DUARTE	30-SETIEMBRE-2003	9	11					20
120	UNISAL SOCIEDAD ANONIMA	20-JUNIO-2003			5	3			8
121	YASY PORA S. A.	18-ENERO-2002	1	1	4				6
122	YUKY S. A. C. I. GANADERA, IMPORTACION, EXPORTACION	08-OCTUBRE-2003	4	5	1	1			11
	TOTALES		1039	1187	130	64			2420



ATA DA XX REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PARAGUAI, DOS  
ORGANISMOS NACIONAIS COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO  
ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL TERRESTRE –  
ATIT.

**ANEXO V**



RESOLUCIÓN DEL CONSEJO DE LA DINATRAN Nro. 53.....

POR LA CUAL SE APRUEBA EL REGLAMENTO PARA EL TRANSPORTE NACIONAL E INTERNACIONAL DE CARGAS POR CARRETERA.-----

San Lorenzo, 08 de Octubre de 2002.-

VISTA: La Ley Nro. 1590/00 que regula el Sistema Nacional de Transporte (DINATRAN) y crea la Secretaría Metropolitana de Transporte (SMT); y

CONSIDERANDO: Que de acuerdo a las prescripciones contenidas en el cuerpo legal referido precedentemente, la DINATRAN es la encargada de la regulación del transporte nacional e internacional.

Que en el Art. 15, Inciso "c" de la Ley 1590/00, se establece que es atribución del Consejo, dictar los reglamentos sobre la habilitación, concesión y permiso para la prestación del servicio de transporte público de pasajeros y cargas.

Que en el Acta de la XIX Reunión Ordinaria Nro. 19/02 del Consejo de la DINATRAN, se hace mención a la decisión unánime de sus miembros de aprobar el Reglamento para el Transporte Nacional e Internacional de Cargas por Carretera; por tanto, en usos de sus atribuciones legales,

EL CONSEJO DE LA DIRECCIÓN NACIONAL DE TRANSPORTE

RESUELVE:

Artículo 1.- Apruébese el Reglamento para el Transporte Nacional e Internacional de Cargas por Carretera, cuyo texto se acompaña en Anexo, formando la misma parte de la presente Resolución del Consejo de la DINATRAN.-

Artículo 2.- La presente Resolución será refrendada por uno de los Señores Miembros del Consejo de la DINATRAN.

Artículo 3.- Comuníquese a quienes corresponda y archívese.



Lic. INÉS ORUE  
PRESIDENTE DEL CONSEJO  
DIRECCIÓN NACIONAL DE TRANSPORTE  
DINATRAN

REGlamento PARA EL TRANSPORTE  
NACIONAL E INTERNACIONAL DE CARGAS POR CARRETERA

CAPÍTULO I  
DISPOSICIONES GENERALES

Art 1 El presente reglamento se refiere exclusivamente a los servicios de transporte automotor de carga nacional e internacional, y para ese efecto se define como transporte automotor de carga nacional a aquellos que se brindan mediante vehículos automotores, dentro de los límites del territorio nacional utilizando la red vial del país, o los que combinan el anterior con otro modo de transporte, sin salirse de los límites territoriales y se registrará por la Ley N°: 1590/00 y/o sus modificaciones. El transporte internacional estará regido por la Ley N°: 1128/97, que aprueba el Convenio sobre Transporte Internacional Terrestre de los Países del Cono Sur

CAPÍTULO II  
AUTORIDAD DE APLICACIÓN

Art 2 La Dirección Nacional de Transporte - (DINATRAN) es la autoridad de aplicación de este reglamento, de acuerdo a lo dispuesto en la Ley N° 1128/97 citada en el Artículo precedente y la Ley N° 1590/00 y/o sus modificaciones

CAPÍTULO III  
DEFINICIONES

Art 3 A los efectos de la aplicación de este Reglamento, se entiende por **Transporte de carga por carretera** Es el realizado en unidades adecuadas que permiten el traslado de bienes, que cuenten con la habilitación correspondiente para su circulación, y que se rigen por convenios y normas específicas.

**Operador de transporte de carga:** Persona física o jurídica legalmente inscripta que tenga por objeto la prestación del servicio remunerado o no del transporte de cargas y que cuenta con permiso de explotación de la autoridad de aplicación

**Operador de transporte autónomo:** Es el operador de transporte de carga que cuenta con una sola unidad de transporte habilitada para el efecto

**Permiso:** Acto administrativo de carácter unilateral, por el cual la autoridad de aplicación otorga a un operador de transporte, la autorización para la prestación del servicio de transporte de cargas.

**Permisionario/a:** Empresa operadora facultada para la explotación del servicio de transporte de cargas a partir de características operacionales preestablecidas.

**Permiso originario:** Autorización para realizar transporte internacional terrestre en los términos de la Ley 1128/97 que Aprueba el Convenio de Transporte Internacional Terrestre del Cono Sur, otorgada por el país con jurisdicción sobre la empresa.

**Permiso complementario:** Autorización concedida por el país de destino o de tránsito a aquella empresa que posee permiso originario

**Transporte de cargas internacional:** Es el realizado entre dos o más países, cuya reglamentación está contemplada en convenios internacionales como la Ley 1128/97, leyes nacionales y sus reglamentos.

**Servicio de transporte Nacional de carga:** Es el transporte de cargas realizado dentro del territorio nacional por un operador de transporte, sin salir de los límites territoriales del país.



HUMBERTO V. RODAS ORUE  
PRESIDENTE DEL CONSEJO  
DIRECCION NACIONAL DE TRANSPORTE  
DINATRAN

**Servicio regular del transporte de cargas:** Es el servicio realizado en forma permanente con permiso de explotación, por empresas permisionarias sujetas al contralor y la fiscalización de la autoridad de aplicación.

**Servicio ocasional de transporte de cargas internacional:** Es el transporte de cargas internacional, realizado por personas físicas o jurídicas bien individualizadas, y que no poseen el permiso regular internacional al país solicitado y que detentan unidades vehiculares habilitados a nivel nacional y se regirán de acuerdo a lo que establece el convenio del ATIT.

**Parámetros operativos:** Es el conjunto de obligaciones de carácter técnico al que están sujetos los operadores de transporte de cargas.

**Parque automotor:** Cantidad total de unidades de cargas habilitadas componentes de una flota a cargo de un operador de transporte de cargas

**Precio del flete:** retribución económica monetario por el servicio de transporte de carga prestado.

**Habilitación:** Documento otorgado por la autoridad de aplicación que autoriza la operación de una unidad de carga para el servicio de transporte, luego de cumplir con los requisitos administrativos y de inspección técnica vehicular

**Aita y baja:** Proceso por el cual se incorporan o retiran unidades habilitadas al parque automotor

**Tasa:** Canon correspondiente a la habilitación de una unidad de carga y/o un permiso de explotación de transporte de carga nacional o internacional correspondiente al servicio de transporte de cargas por país de destino

**Infraacción:** Acto cometido por un operador de transporte o una unidad vehicular en contravención a este Reglamento, sujeto a las sanciones que determinan la Ley y sus normas complementarias.

**Multa:** Es la sanción en valor monetario por una infraacción cometida.

**Sanción:** Penalización aplicada a una unidad vehicular o a un operador por infracciones cometidas.

**Transporte Propio:** Es el transporte realizado por personas físicas, empresas o instituciones con vehículos de su propiedad y cuyo giro comercial no es el transporte de carga contra retribución, para trasladar sus propios insumos ó productos. Para prestar este tipo de servicio se requerirá la habilitación correspondiente

**Transporte Comercial:** Transporte realizado por un operador cuyo objetivo es obtener una utilidad económica

**Transporte Institucional:** Transporte realizado por Instituciones Públicas pertenecientes al poder central o órganos descentralizados, sin fines de lucro.

**Empresa operadora de Transporte:** Persona física o jurídica legalmente constituida que tiene por objeto la prestación de servicio de transporte de cargas con fines de lucro.

**Operador autónomo:** Es el operador individual de transporte que cuenta con una sola unidad habilitada para el efecto.



UIMBERTO V. RODAS ORUE  
PRESIDENTE DEL CONSEJO  
DIRECCION NACIONAL DE TRANSPORTE  
DINATRAN

**Transporte Multimodal:** Porte de mercancías por dos modos diferentes de transporte, por lo menos, en virtud de un contrato de transporte multimodal, desde un lugar situado en un Estado Parte en que un Operador de Transporte Multimodal toma las mercancías bajo su custodia hasta otro lugar designado para su entrega situado en otro Estado Parte, comprendiendo además del transporte en sí, los servicios de recolección, unitarización o desunitarización de cargas por destino, almacenaje, manipulación y entrega de las cargas al destinatario, abarcando los servicios que fueran contratados entre origen y destino, inclusive los de consolidación y desconsolidación de las cargas.

**Operador de Transporte Multimodal:** Toda persona jurídica, transportador o no, que por sí o través de otra que actúe en su nombre, celebre un contrato de transporte multimodal, actuando como principal y no como agente o en interés del expedidor o de transportadores que participen de las operaciones de transporte multimodal, asumiendo la responsabilidad de su cumplimiento.

Art. 4 El presente reglamento complementa la Resolución emanada del Ministerio de Obras Públicas y comunicaciones Nro. 1762/97 que hace referencia a los pesos y dimensiones de los vehículos de carga que transitan por rutas nacionales y las disposiciones y reglamentos que regulan estos servicios dictados por la Dirección Nacional de Transporte (DINATRAN).

CAPITULO IV

DE LAS UNIDADES DE CARGA


Art 5 Los vehículos automotores y los remolques o semirremolques a ser utilizados para la explotación de los servicios de transporte de cargas a que se refieren este reglamento, deberán estar inscritos en la del Registro Único de Automotores (Ley 608/95 - Decreto reglamentario Nro. 21 674/98 y sus modificaciones) a nombre del titular quien deberá acreditar la titularidad con la Escritura Pública (título) debidamente inscrita, o *leasing* según la Ley Nro. 1295/00. La misma deberá estar a disposición de la operadora y ella será responsable de todos los actos que puedan acontecer.

Art 6 Queda terminantemente prohibido el transporte de pasajeros en vehículos de carga, salvo los que permita la capacidad de la cabina.

Art 7 Cada uno de los vehículos que integre el parque automotor de una empresa permisionaria deberá estar habilitado por la Dirección Nacional de Transporte Terrestre, conforme se establece en este reglamento.

Art 8 Todas las unidades que conformen el parque automotor, a fin de ser habilitadas para la prestación del servicio de transporte de cargas deberán pasar por una inspección técnica en talleres autorizados y/o homologados por la DINATRAN, en los que será exigido el cumplimiento de los requisitos técnicos y mecánicos, conforme a las disposiciones legales vigentes en la materia.

Art 9 Para la alta de vehículos afectados al servicio nacional, las empresas operadoras de transporte de carga deberán presentar los documentos que acreditan la propiedad de los vehículos a ser incorporados, según el Artículo 5 del presente reglamento y la póliza de seguros de responsabilidad civil que incluya cobertura de accidentes de tripulantes y daños a terceros. Una vez cumplidos estos requisitos y abonadas las tasas correspondientes, al presentarse la planilla de inspección técnica aprobada, la empresa operadora obtendrá la habilitación de la Dirección Nacional de Transporte Terrestre.

  
  
Lc. HUMBERTO V. RODAS ORUE  
PRESIDENTE DEL CONSEJO  
DIRECCION NACIONAL DE TRANSPORTE  
DINATRAN

- Art 10 Para la renovación anual de la habilitación de las unidades afectadas al servicio nacional de transporte de cargas, las empresas operadoras paraguayas deberán presentar la póliza de seguros de responsabilidad civil, que incluya cobertura de accidentes de tripulantes y daños a terceros por la totalidad del parque automotor. Una vez cumplido este requisito, y abonadas las tasas correspondientes, al presentarse la planilla de inspección técnica aprobada, la unidad quedará habilitada con la autorización correspondiente.
- Art 11 Todos los vehículos automotores, acoplados, y semi-remolques destinados, a circular por la red vial nacional, están sujetos a una revisión técnica anual, a fin de determinar el estado de funcionamiento de las piezas y sistemas que hacen a la seguridad activa y pasiva y a la emisión de contaminantes, según reglamentaciones complementarias.

CAPITULO V

DE LOS SERVICIOS

- Art. 12 Para los efectos del presente reglamento los servicios de transporte automotor de carga se clasificarán en comerciales, propios, ocasionales y especiales unidades no convencionales. Las cargas consideradas peligrosas se regirán el Decreto Nro 17723/97 por el cual se autoriza la vigencia del Acuerdo de Alcance Parcial, para la facilitación del transporte de mercancías peligrosas.
- Art. 13 Transporte multimodal: se regirá en los términos del Decreto N° 16.927/97, debiendo darse preferencia a las cargas nacionales de origen.

CAPITULO VI

DE LO RELATIVO A PESOS Y DIMENSIONES

- Art 14 En todo lo relacionado a pesos y dimensiones de las unidades de carga que transitan por las rutas nacionales, el presente reglamento se regirá por lo que dispone la Resolución N° 1762/97 y la Resolución N° 42/98, que modifica parcialmente el art. 2° de la Res. 1762/97, que se incorporan inextenso al presente Reglamento como Anexo A

CAPITULO VII

DE INTERCAMBIO DE TRACCIÓN

- Art 15 Podrá realizarse intercambio de tracción únicamente entre empresas habilitadas para el transporte de cargas internacional. En ningún caso se podrá realizar el intercambio de tracción entre equipos de tracción de semirremolque o remolque de bandera distinta (ejemplo: un equipo de tracción de bandera paraguaya con un semirremolque o remolque de bandera Brasitera) Dicho intercambio se podrá realizar solo para cargas especiales y para el efecto el interesado deberá solicitar la autorización correspondiente a la DINATRAM.

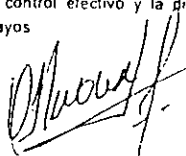
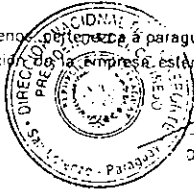
Para este efecto deberán cumplirse con todo lo dispuesto en el anexo 9 del acta de junio de 1978 y en el ítem 23 del acta del 24 y 25 de mayo de 1988.

CAPITULO VIII

DE LAS EMPRESAS OPERADORAS DE TRANSPORTE

- Art 16 Toda persona física o jurídica que por su organización y medios ofrezcan garantías para una eficiente prestación de servicios tendrán derecho a explotar servicios nacionales e internacionales de transporte automotor de carga para lo cual las personas jurídicas deberán reunir, además, los siguientes requisitos

- a. Que el 51 % de su capital, por lo menos, pertenezca a paraguayos.
- b. Que el control efectivo y la dirección de la empresa, están igualmente en manos de paraguayos

  **J. HUMBERTO V. RODAS ORUE**  
PRESIDENTE DEL CONSEJO  
DIRECCION NACIONAL DE TRANSPORTE  
DINATRAM

- Art. 17 Las empresas operadoras nacionales deberán estar radicadas en el territorio nacional y constituidas bajo las leyes de la nación.
- Art. 18 Las empresas operadoras internacionales deberán estar ajustadas a las disposiciones establecidas en el Acuerdo sobre Transporte Internacional Terrestre, (Ley 1.128/97) y la Ley 1598/00 y sus modificaciones y ampliaciones.
- Art. 19 El documento de constitución de las empresas deberá incluir como objeto la explotación del servicio de transporte de carga en general.
- Art. 20 El servicio de transporte de cargas referido al ámbito de aplicación de este Reglamento será efectuado únicamente por operadores de transporte y las empresas operadoras de transporte que contaren con el permiso de explotación otorgado por la DINATRAN.
- Art. 21 Las empresas operadoras de transporte de cargas internacional deberán acreditar una flota mínima de (4) cuatro equipos y/o una capacidad mínima de bodega de ( 80) ochenta toneladas para su habilitación (1 equipo=un tracto y un semirremolque).

CAPÍTULO IX  
DE LA CLASIFICACIÓN DE LOS TIPOS DE CARGAS

- Art. 22 A los efectos del presente reglamento se clasificarán los tipos de cargas de la siguiente manera:

- a Cargas Generales,
- b. Cargas Liquidas,
- c. Cargas Refrigeradas,
- d. Cargas Peligrosas,
- e Cargas Especiales

Estos tipos de cargas y sus subdivisiones se regirán por sus leyes y reglamentos correspondientes.

CAPÍTULO X  
DE LA HABILITACIÓN PARA LA DE EXPLOTACIÓN DEL SERVICIO DE TRANSPORTE  
TERRESTRE AUTOMOTOR DE CARGAS

- Art. 23 Para la explotación del servicio de transporte terrestre automotor de carga se requerirá la habilitación que deberá ser otorgada la Dirección Nacional de Transporte(DINATRAN). Para la explotación del servicio de transporte terrestre automotor de carga internacional se requerirá el permiso que otorgará la Dirección Nacional de Transporte (DINATRAN) de acuerdo a convenios, leyes y reglamentos que rigen la materia
- Art. 24 El permiso será un documento que no podrá ser transferido en ningún caso. Su vigencia será de 7 años y podrá ser renovada por el mismo periodo de tiempo, siempre y cuando las empresas operadoras cumplan con todas las exigencias administrativas establecidas y legales
- Art. 25 Se requerirá para la obtención \*DEL PERMISO ORIGINARIO POR PRIMERA VEZ (EMPRESA), lo siguiente.

- 1) La Empresa debe estar legalmente constituida, deberá presentar el estatuto de la empresa y la inscripción en el registro público de comercio
- 2) Las unidades del parque automotor propiedad de la empresa debe ser de por lo menos 4 vehiculos (bodega mínima 80 Tn ) y el resto del parque automotor podrá ser por leasing (s/Ley 1295/00)



*[Handwritten Signature]*  
HUMBERTO V. RODAS ORUE  
PRESIDENTE DEL CONSEJO  
DIRECCION NACIONAL DE TRANSPORTE  
DINATRAN

- 3) Certificado de no interdicción judicial y no estar en quiebra
- 4) Certificado de cumplimiento tributario
- 5) Registro único de contribuyentes (RUC)
- 6) Balance comercial visado por el Ministerio de Hacienda del ejercicio anterior o Balance de Apertura para empresas nuevas
- 7) Patente Municipal actualizado.
- 8) Título de propiedad o Contrato de Arrendamiento del local de la empresa.
- 9) Declaración jurada de ser responsable ante las autoridades judiciales, policiales y administrativas del origen y tenencia de las unidades, así como de las documentaciones armadas.
- 10) Estar en pleno cumplimiento de las leyes laborales.
  - Contrato de trabajo
  - Inscripción patronal
  - IPS
- 11) Todas las unidades deberán contar con una póliza de seguros de responsabilidad civil contra terceros

Art 26 Se exigirá para la obtención del "PERMISO ORIGINARIO RENOVACIÓN", lo siguiente:

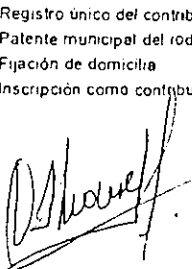
- 1) Certificado de no interdicción judicial
- 2) Certificado de no estar en quiebra
- 3) Certificado de Cumplimiento tributario
- 4) Balance comercial visado por el Ministerio de Hacienda del ejercicio anterior.
- 5) Patente municipal
- 6) Se debe acompañar el legajo de la empresa que obra en la DINATRAN
- 7) Patente municipal actualizado
- 8) Estar en plena cumplimiento de las leyes laborales
- 9) Declaración jurada de ser responsable ante las autoridades judiciales, policiales y administrativas del origen y tenencia de las unidades, así como de las documentaciones armadas
- 10) Todas las unidades deberán contar con una póliza de seguros de responsabilidad civil contra terceros.

Art 27 Requisitos para la obtención del PERMISO NACIONAL PARA EL SERVICIO DE TRANSPORTE DE CARGAS.

- 1) Constitución de sociedad
- 2) Las unidades deben ser propiedad de la empresa (mínimo 2 unidades) o leasing según Ley 1295/00
- 3) Registro único del contribuyente RUC
- 4) Patente municipal actualizado
- 5) Balance comercial visado por el Ministerio de Hacienda del ejercicio anterior o Balance de apertura para empresas nuevas
- 6) Presentar documentos que acrediten el cumplimiento de
  - Contrato de contrato
  - Inscripción patronal
  - IPS
- 7) Fijación de domicilio de la empresa
- 8) Todas las unidades deberán contar con una póliza de seguros de responsabilidad civil contra terceros.

Requisitos para el operador de transporte autónomo:

- a) Unidades propias del operador (hasta 1 unidad)
- b) Registro único del contribuyente (RUC)
- c) Patente municipal del rodado
- d) Fijación de domicilio
- e) Inscripción como contribuyente



ROBERTO V. RODAS ORUE  
PRESIDENTE DEL CONSEJO  
DIRECCIÓN NACIONAL DE TRANSPORTE  
DINATRAN

Reunirán los siguientes requisitos para 'EL PERMISO ORIGINARIO EMPRESA UNIPERSONAL'

- 1) Inscripción en el registro público
- 2) Registro único de contribuyente (RUC)
- 3) Certificado de no interdicción judicial
- 4) Certificado de no estar en quiebra
- 5) Certificado de no estar en quiebra
- 6) Balance de Apertura o balance comercial
- 7) Patente municipal
- 8) Las unidades del parque automotor deben ser propiedad de la empresa unipersonal, (bodega mínima de 80 tn.)
- 9) Título de propiedad del local o contrato de arrendamiento a nombre de la empresa
- 10) Declaración jurada de ser responsable ante las autoridades judiciales, policiales y administrativas del origen y tenencia de las unidades, así como de las documentaciones arrimadas.
- 11) Presentar documentos que acrediten haber cumplido con:
  - Contrato de trabajo
  - Inscripción patronal
  - IPS
- 12) Todas las unidades deberán contar con una póliza de seguros de responsabilidad civil contra terceros.

Art. 28 Suspensión temporaria:

Toda empresa permisionaria podrán solicitar la suspensión temporal de líneas por un plazo no mayor de seis meses por motivos debidamente justificados, prorrogable por una sola vez por el mismo periodo, vencido este ultimo plazo se cancelará el permiso.

Art. 29 Para el otorgamiento o proroga del 'PERMISO COMPLEMENTARIO', la empresa recurrente deberá dar cumplimiento a los recaudos exigidos por el convenio sobre transporte internacional terrestre (ATIP) en sus Art. 24 y 25.

Art. 30 La Dirección Nacional de Transporte, podrá establecer la fiscalización y el control de cualquier empresa operadora que a su conocimiento y criterio no se halle en cumplimiento de las condiciones establecidas



Art. 31 Los permisos de explotación otorgados conforme al presente reglamento se extinguen:

- a) Por vencimiento del plazo de vigencia y la no renovación de los mismos por la interesada, en un plazo de 1 (un) año.
- b) Por incapacidad sobreviniente o inhabilitación judicial de la empresa operadora titular del permiso, por quiebra o disolución social del mismo;
- c) Por todo hecho o acto que implique la falta de cumplimiento de los requisitos legales, reglamentarios y técnicos que se tuvieron en cuenta al tiempo de otorgarlos.

Art. 32 Para el otorgamiento de la autorización para viajes ocasionales o especiales, las empresas operadoras deberán presentar los siguientes documentos:

De carácter internacional

- a) Título de propiedad de la (s) unidad (es) a nombre del solicitante
- b) Patente municipal (chapa)
- c) Seguros con cobertura internacional de responsabilidad contra terceros
- d) Fotocopia autenticada de la cédula de identidad o RUC del solicitante
- e) Solicitud dirigida a la Dirección Nacional de Transporte Terrestre, indicando origen, destino, fecha del viaje, pasos fronterizos, altura y peso de la carga a transportar.

  
  
**HUMBERTO V. RODAS ORUE**  
PRESIDENTE DEL CONSEJO  
DIRECCION NACIONAL DE TRANSPORTE  
DINATRAN



ANEXO A LA RESOLUCIÓN DEL CONSEJO DE LA DINATRAM Nro. 53/02

- f) Habilitación de la DINATRAM.
- g) Abono de la tasa correspondiente por viaje y por fax de comunicación

CAPÍTULO XI  
DEL TRANSPORTE INTERNACIONAL

- Art. 33 El transporte internacional de cargas por carretera se regirá por la Ley 1128/97, la Ley 1590/00, sus reglamentos, modificaciones, los tratados y acuerdos internacionales debidamente ratificados

CAPÍTULO XII  
DE LAS TARIFAS O FLETES

- Art. 34 De acuerdo con el tipo de servicio de que se trate, las tarifas serán aplicadas por tonelada-kilómetro, por metro cúbico-kilómetro o por contrato entre las partes cuando el tipo de servicio o características de la mercancía no se presta para la fijación de un flete normalizado.

- Art. 35 Para la fijación del precio del flete la DINATRAM velará porque estas se calculen en base a criterios de eficiencia y normas modernas de organización y funcionamiento, acorde con el tipo de servicio y características de la empresa y que permitan un rédito justo al capital invertido. Para poder cumplir con este cometido, las empresas operadoras estarán obligadas a aportar a la DINATRAM, cuando esta lo requiera, la información pertinente relacionada con sus operaciones, que permita una adecuada comprobación del valor justo de las tarifas lo que podrá hacerse sobre la base de modelos estadísticos que garanticen una adecuada fijación

Los precios de fletes estarán referenciados al estudio de costos operativos realizados por la DPIT. Los costos operativos estarán discriminados por tipos de caminos. Si una empresa realiza un servicio cobrando un precio de flete menor que el costo operativo establecido por la DPIT, la DINATRAM, podrá sumarar y sancionar a la empresa con: amonestación, suspensión o cancelación de la licencia.

En caso de comprobarse actos de dumping, la DINATRAM podrá sumarar y sancionar hasta con la cancelación de la licencia a la empresa en cuestión.

Para el efecto la DPIT mantendrá actualizado una base de datos y un estudio de costo operativo actualizado.

CAPÍTULO XIII  
DE LA FISCALIZACIÓN Y CONTROL

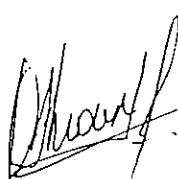
- Art. 36 La Dirección Nacional de Transporte - DINATRAM, o través de las Direcciones que correspondan, fiscalizará la correcta prestación del servicio de transporte automotor terrestre de cargas en toda la República, controlando el efectivo cumplimiento de este reglamento en el aspecto operacional

- Art. 37 Las fiscalizaciones y los controles podrán ser realizados por el órgano competente en las rutas, en los locales de las empresas, en las terminales de transferencia de carga o en cualquier lugar que considere conveniente con el fin de evitar o reprimir la circulación de vehículos que no reúnan las condiciones técnicas y legales para el efecto

- Art. 38 El personal a cargo de las empresas deberá prestar toda la colaboración necesaria al personal de fiscalización y de control para el pleno cumplimiento de sus funciones.

CAPÍTULO XIV

DE LAS TASAS



Lic. HUMBERTO V. RODAS ORUE  
PRESIDENTE DEL CONSEJO  
DIRECCIÓN NACIONAL DE TRANSPORTE  
DINATRAM

Art. 39 Las tasas en concepto de habilitación de unidades componentes del parque automotor y el canon por el usufructo del permiso por tipo de servicio, que serán establecidas conforme a lo dispuesto en la Ley N° 1590/00 y sus modificaciones

Art. 40 La DINATRAN, mediante Resoluciones del Consejo, establecerá los valores correspondientes a las tasas y multas.


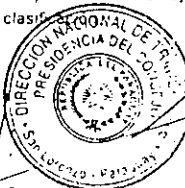
CAPÍTULO XV  
DE LAS INFRACCIONES Y SANCIONES

Art. 41 Las empresas permisionarias operadoras del servicio, serán pasibles de las sanciones previstas en la Ley N° 1590/00 y sus modificaciones y en este reglamento, cuando infrinjan las normas establecidas en la misma. Para las empresas extranjeras se aplicaran además de las sanciones previstas en la Ley 1590/00 y este reglamento las establecidas en el convenio de Transporte Internacional Terrestre ( A.T.I.P ) Ley N° 1128/97, sus modificaciones y reglamentaciones.

Art. 42 Las infracciones se sancionaran de la siguiente forma:

- a) Apercibimiento privado, cuando debidamente comprobado por la fiscalización, una empresa operadora haya incurrido en una infracción relativa a las condiciones de prestación del servicio y que no constituyan infracciones sancionables con multas.
- b) Apercibimiento público cuando hubiere reincidencia en la infracción correspondiente al apercibimiento privado. El plazo de reincidencia será el mismo considerando para las infracciones pasibles de multas y en caso de reincidencia posterior a la aplicación del apercibimiento público, será aplicado el valor mayor de multa correspondiente a infracción grave. El plazo de segunda reincidencia será el mismo considerado para las infracciones pasibles de multas.
- c) Multa en los casos de infracciones que no resulten en un riesgo para la seguridad de las personas.
- d) Multa y retención de vehículo en los casos de infracciones que resulten en un riesgo para la seguridad de las personas. La retención será levantada una vez que la empresa responsable por la infracción subsane la irregularidad. Los casos que requieren la retención de vehículo son los siguientes:
  - 1) El vehículo no cumpla con las condiciones técnicas de seguridad;
  - 2) No estuvieren siendo observados los procedimientos de control del régimen de trabajo y de descanso de los chóferes, así como de comprobación de salud física y mental;
  - 3) El chofer presentarse en servicio, evidentes signos de embriaguez o de estar bajo el efecto de sustancias tóxicas.
- e) Multa y retiro de circulación del vehículo con remisión al local de encierro de la DINATRAN en los casos de prestación del servicio sin permiso y de infracciones que resulten en un riesgo para la seguridad de las personas y que no sean del tipo subsanables a corto plazo, tales como los siguientes:
  - 1) El vehículo no cumpla con las condiciones técnicas de seguridad, siendo imposible su corrección en el día;
  - 2) Prestación del servicio sin permiso de explotación de la DINATRAN;
  - 3) El vehículo no tuviere habilitación de la Dirección Nacional de Transporte Terrestre;
  - 4) El vehículo tuviere la habilitación de la Dirección Nacional de Transporte Terrestre vencida.
- f) Suspensión;
- g) Inhabilitación de la empresa.

Art. 43 Las infracciones pasibles de sanciones por multas serán aplicadas conforme a la gravedad de la misma, de acuerdo a la siguiente clasificación:

  
  
Lic. HUMBERTO V. RODAS ORUE  
PRESIDENTE DEL CONSEJO  
DIRECCION NACIONAL DE TRANSPORTE  
DINATRAN

1) Gravísimas.

- a) Adulteración o falsificación de cualquier documento exigido por la DINATRAN y comprobada por esta
- b) Póliza de seguros vencida o sin póliza de seguro
- c) No contar con habilitación vehicular
- d) Comprobación de practicas de dumping.


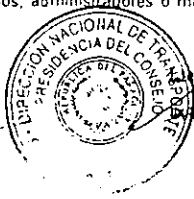
2) Graves.

- a) No reunir condiciones técnicas de seguridad.
- b) No renovación del permiso de explotación.  
De 1 (uno) a 90 (noventa) días de atraso. Un retraso mayor significa una falta gravísima
- c) Circular con luces antirreglamentarias
- d) Desacato a la autoridad
- e) Circular sin calcomanías de habilitación o con calcomanías de habilitación vencida
- f) Habilitación vehicular vencidas.

3) Leves

- a) Focos reglamentarios quemados, limpia parabrisa roto o sin funcionar; falta de extinguidor; carecer de baliza; sin rueda de auxilio, sin paragolpe
- b) Otros casos no previstos en este reglamento

- Art 44 Las multas serán aplicadas conforme a lo dispuesto en la Resolución del Consejo de la DINATRAN Nro. 3/01 del 6 de Febrero de 2001 -
- Art 45 En los casos de reincidencia de una misma infracción de un mismo vehículo pasible de multa por parte de un mismo vehículo una empresa operadora, en un periodo de 90 (noventa) días, será aplicada una multa correspondiente al doble del valor establecido.
- Art 46 En los casos en que se registre en 3 (tres) oportunidades una misma infracción pasible de multa, en un periodo de 180 (ciento ochenta) días, será considerada la misma como segunda reincidencia, pasible de instrucción de sumario administrativo.
- Art 47 A fin de verificar la reincidencia de infracciones por parte de las empresas operadoras, será habilitado en la DINATRAN, un registro de antecedentes de faltas y el mismo será considerado en el análisis para la renovación del permiso de explotación del servicio.
- Art 48 Los gastos que demandare el traslado, depósito o cualquier otro trámite relacionado con la retención, correrá por cuenta del propietario del vehículo o de la empresa.
- Art 49 Serán aplicadas multas de montos equivalentes al mayor valor correspondiente a infracciones graves los casos de contravenciones no contempladas en este reglamento y que no representen riesgo para la seguridad de las personas
- Art 50 Serán aplicadas multas de montos equivalentes al mayor valor correspondiente a infracciones gravísimas los casos de contravenciones no contempladas en este reglamento y que representen riesgo para la seguridad
- Art 51 Cuando una empresa operadora o un operador de transporte realice la prestación del servicio de transporte sin permiso de la DINATRAN, se procederá a la retención de los vehículos en infracción, con la aplicación de la multa correspondiente, y la pertinente denuncia a la Fiscalía, eximiéndose a la DINATRAN de la responsabilidad inherente a la carga transportada.
- Art 52 Las empresas operadoras permisionarias serán responsables por las acciones e infracciones cometidas en servicio por sus empleados, administradores o miembros de los directorios de las sociedades

  
  
HERBERTO V. RODAS ORUE  
PRESIDENTE DEL CONSEJO  
DIRECCION NACIONAL DE TRANSPORTE  
DINATRAN

- Art. 53 A los efectos de la aplicación de las multas, se harán constar en las boletas de infracción los siguientes datos:
- a) Nombre de la empresa operadora;
  - b) Detalle de la unidad vehicular,
  - c) Lugar, fecha y hora de la infracción;
  - d) Nombre del infractor;
  - e) Identificación de la infracción;
  - f) Nombre y firma del fiscalizador o agente interventor

Las boletas serán hechas con triplicado y numeradas, y deberán llevar la firma del infractor. Ante la negativa del infractor en acusar recibo, el fiscalizador deberá consignar este hecho en la boleta.

- Art. 54 En los casos que se requiera la retención de un vehículo, se podrá recurrir, si fuese necesario al apoyo de la fuerza pública, conforme se establece en la Ley 1590/00.

CAPÍTULO XVI

DE LA INSTRUCCIÓN DE SUMARIO

- Art. 55 La Dirección Nacional de Transporte ordenará la instrucción del sumario previa aprobación del Consejo, el que se iniciará fundada en los antecedentes remitidos por el organismo competente de intervención, con el dictamen de la Dirección Jurídica

- Art. 56 Será instruido sumario administrativo en los siguientes casos:

- a) Cuando la empresa incurriere en una reincidencia;
- b) En los casos en que se verifique el incumplimiento de las condiciones técnicas y legales establecidas para la prestación del servicio.

- Art. 57 El sumario será instruido por un juez, funcionario de la Dirección Jurídica de la Dirección Nacional de Transporte, con título de abogado y designado a ese efecto. Debe intervenir el inculcado o su representante legal.

- Art. 58 Los plazos sumariales son perentorios e improrrogables. Se computarán solamente los días hábiles, contados a partir del día siguiente al de la notificación respectiva. Los plazos no expresamente determinados son de 5 (cinco) días.

- Art. 59 Las notificaciones se practicarán conforme a las prescripciones establecidas en el Código Procesal Civil.

- Art. 60 El sumariado dispondrá de un plazo de 9 (nueve) días para presentar su escrito de defensa, acompañado de la documentación pertinente y de las pruebas que hagan a su derecho.

Presentados los descargos, si procediere, se abrirá un término de prueba de 15 (quince) días, pudiendo el Juez sumariante ordenar de oficio o a petición de parte el cumplimiento de medidas de mejor proveer. El número de testigos no podrá exceder de 4 (cuatro) por cada parte

Vencido el plazo de prueba y en el término de 5 (cinco) días, el interesado podrá presentar escrito alegando sobre el mérito de la prueba



*[Handwritten signature]*  
NUMBERTO V. RODAS ORUE  
PRESIDENTE DEL CONSEJO  
DIRECCION NACIONAL DE TRANSPORTE  
DINATRAN

*[Handwritten signature]*

Presentado el alegato o vencido el plazo de su presentación, el juez instructor del sumario producirá su dictamen y elevará las conclusiones del sumario al Consejo de la DINATRAN para que dicte resolución definitiva en el término de 20 (veinte) días hábiles. Caso contrario el sumariado se considerará sobreseído. Las resoluciones deben contener, bajo pena de nulidad, las siguientes constancias

- a) Lugar y fecha.
- b) Individualización del órgano que dicta la resolución y de los sumariados;
- c) Apreciación y valoración de los descargos y pruebas;
- d) Fundamentos de hecho y derecho de la resolución;
- e) Determinación de las infracciones y las sanciones aplicadas, en su caso;
- f) Orden de que se notifique el acto de determinación, y,
- g) Firma del funcionario competente.

Art. 61 En los sumarios administrativos se observarán supletoriamente las disposiciones del Código Procesal Civil

**CAPÍTULO XVII  
DE LOS RECURSOS DE RECONSIDERACIÓN**

Art. 62 Contra las resoluciones definitivas dictadas por la DINATRAN, podrá la parte afectada interponer recurso de reconsideración, en el término perentorio de 5 (cinco) días hábiles desde su notificación. Dictada resolución en este recurso, que deberá ser expedida en un plazo de 15 (quince) días hábiles, se procederá conforme establece el Art. 42 de la Ley N° 1590/00.

**CAPÍTULO XVIII  
DISPOSICIONES FINALES**

Art. 63 Dentro de la organización del transporte de carga, la DINATRAN fomentará la creación de cámaras o asociaciones que pueda representar los intereses comunes de los permisionarios, así como la constitución de cooperativas de transportistas de carga o la agrupación de los pequeños permisionarios en empresas de mayor tamaño que le permita una participación más equitativa en el mercado.

  
  
HUMBERTO V. RODAS ORUE  
PRESIDENTE DEL CONSEJO  
AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTE  
DINATRAN

RESOLUCIÓN DEL CONSEJO DE LA DINATRAN Nro. 53.....

POR LA CUAL SE APRUEBA EL REGLAMENTO PARA EL TRANSPORTE NACIONAL E INTERNACIONAL DE CARGAS POR CARRETERA.....

San Lorenzo, 06 de Octubre de 2002.-

VISTA: La Ley Nro. 1590/00 que regula el Sistema Nacional de Transporte (DINATRAN) y crea la Secretaría Metropolitana de Transporte (SMT); y

CONSIDERANDO: Que de acuerdo a las prescripciones contenidas en el cuerpo legal referido precedentemente, la DINATRAN es la encargada de la regulación del transporte nacional e internacional.

Que en el Art. 15, Inciso "c" de la Ley 1590/00, se establece que es atribución del Consejo, dictar los reglamentos sobre la habilitación, concesión y permiso para la prestación del servicio de transporte público de pasajeros y cargas.

Que en el Acta de la XIX Reunión Ordinaria Nro. 19/02 del Consejo de la DINATRAN, se hace mención a la decisión unánime de sus miembros de aprobar el Reglamento para el Transporte Nacional e Internacional de Cargas por Carretera; por tanto, en usos de sus atribuciones legales,

EL CONSEJO DE LA DIRECCIÓN NACIONAL DE TRANSPORTE

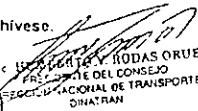
RESUELVE:

Artículo 1.- Apruébese el Reglamento para el Transporte Nacional e Internacional de Cargas por Carretera, cuyo texto se acompaña en Anexo, formando la misma parte de la presente Resolución del Consejo de la DINATRAN.

Artículo 2.- La presente Resolución será refrendada por uno de los Señores Miembros del Consejo de la DINATRAN.

Artículo 3.- Comuníquese a quienes corresponda y archívese.



  
LILIA ROSARIO Y RODRÍGUEZ  
PRESIDENTE DEL CONSEJO  
DIRECCIÓN NACIONAL DE TRANSPORTE  
DINATRAN



ATA DA XX REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PARAGUAI, DOS  
ORGANISMOS NACIONAIS COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO  
ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL TERRESTRE –  
ATIT.

**ANEXO VI**



ATA DA XX REUNIÃO BILATERAL BRASIL - PARAGUAI, DOS ORGANISMOS NACIONAIS  
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL TERRESTRE -  
ATT.

Anexo VI - Relação dos Serviços Regulares

N	Serviço	Frequência por sentido por bandeira	Tipo de serviço	Observações
1	Florianópolis (BR) - Asuncion (PY) - Asuncion (PY) - Florianópolis (BR)	11 horários semanais	Convencional com sanitário	Vide 1
2	Criciúma (BR) - Asuncion (PY) Asuncion (PY) - Criciúma (BR)	1 horário semanal	Convencional com sanitário	1 - A ser compensada pela subtração de uma frequência semanal da linha anterior
3	Joaçaba (BR) - Asuncion (PY) Asuncion (PY) - Joaçaba (BR)	1 horário semanal	Convencional com sanitário	1 - A ser compensada pela subtração de uma frequência semanal da linha inicial
4	Florianópolis (BR) - Asuncion (PY) Asuncion (PY) - Florianópolis (BR)	2 horários semanais	Leito (BR) / Ejecutivo (PY)	
5	Foz do Iguazu (BR) - Asuncion (PY) Asuncion (PY) - Foz do Iguazu (BR)	2 horários diários	Convencional com sanitário	
6	Foz do Iguazu (BR) - Asuncion (PY) Asuncion (PY) - Foz do Iguazu (BR)	2 horários diários	Leito (BR) / Ejecutivo (PY)	
7	São Paulo (BR) - Asuncion (PY) Asuncion (PY) - São Paulo (BR)	7 horários semanais	Convencional com sanitário	Vide 2
8	Jundiaí (BR) - Asuncion (PY) Asuncion (PY) - Jundiaí (BR)	1 horário semanal	Convencional com sanitário	2 - A ser compensada pela subtração de uma frequência semanal da linha anterior
9	São Paulo (BR) - Asuncion (PY) Asuncion (PY) - São Paulo (BR)	5 horários semanais	Executivo (BR) / Diferencial (PY)	
10	São Paulo (BR) - Asuncion (PY) Asuncion (PY) - São Paulo (BR)	3 horários semanais	Leito (BR) / Ejecutivo (PY)	
11	Rio de Janeiro (BR) - Asuncion (PY) Asuncion (PY) - Rio de Janeiro (BR)	2 horários semanais	Convencional com sanitário	Vide 3
12	Niterói (BR) - Asuncion (PY) Asuncion (PY) - Niterói (BR)	1 horário semanal	Convencional com sanitário	3 - A ser compensada pela subtração de uma frequência semanal da linha anterior
13	Curitiba (BR) - Asuncion (PY) Asuncion (PY) - Curitiba (BR)	1 horário diário	Convencional com sanitário	





ATA DA XX REUNIÃO BILATERAL BRASIL - PARAGUAI, DOS ORGANISMOS NACIONAIS  
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL TERRESTRE -  
ATIT.

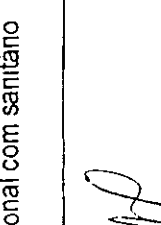
Anexo VI - Relação dos Serviços Regulares

N	Serviço	Frequência por sentido por bandeira	Tipo de serviço	Observações
14	Paranaguá (BR) -- Asuncion (PY) Asuncion (PY) -- Paranaguá (BR)	2 horários semanais	Convencional com sanitário	
15	São Paulo (BR) -- Ciudad del Este (PY) Ciudad del Este (PY) -- São Paulo (BR)	1 horário diário	Convencional com sanitário	
16	Conj. Hab. Itaipu (BR) -- Conj. Hab. Itaipu (PY) Conj. Hab. Itaipu (BR) -- Conj. Hab. Itaipu (PY) (Intervillas)	16 horários diários	Semi-urbana (BR) -- Línea de frontera (PY)	
17	Foz do Iguazu (BR) -- Ciudad del Este (PY) Ciudad del Este (PY) -- Foz do Iguazu (BR)	circular	Semi-urbana (BR) -- Línea de frontera (PY)	Operada pelas duas bandeiras a cada 4 minutos
18	Brasília (BR) -- Asuncion (PY) Asuncion (PY) -- Brasília (BR)	1 horário semanal	Convencional com sanitário	Ponto fronteiro: Ponte da Amizade
19	Brasília (BR) -- Asuncion (PY) Asuncion (PY) -- Brasília (BR)	2 horários semanais	Convencional com sanitário	Ponto fronteiro: Ponta Porã (BR) -- Pedro Juan Caballero (PY)
20	Porto Alegre (BR) -- Asuncion (PY) Asuncion (PY) -- Porto Alegre (BR)	2 horários semanais	Convencional com sanitário	
21	Mundo Novo (BR) -- Salto del Guaira (PY) Salto del Guaira (PY) -- Mundo Novo (BR)	5 horários diários	Semi-urbana (BR) -- Línea de frontera (PY)	Ponto fronteiro: Mundo Novo (BR) -- Salto del Guaira (PY)
22	Campo Grande (BR) -- Asuncion (PY) Asuncion (PY) -- Campo Grande (BR)	2 horários diários	Convencional com sanitário	Ponto fronteiro: Ponta Porã (BR) -- Pedro Juan Caballero (PY)
23	Campo Grande (BR) -- Concepcion (PY) Concepcion (PY) -- Campo Grande (BR)	4 horários diários	Convencional com sanitário	Ponto fronteiro: Ponta Porã (BR) -- Pedro Juan Caballero (PY)
24	São Paulo (BR) -- Concepcion (PY) Concepcion (PY) -- São Paulo (BR)	1 horário diário	Convencional com sanitário	Ponto fronteiro: Ponta Porã (BR) -- Pedro Juan Caballero (PY)
25	Foz do Iguazu (BR) -- Hemadánias (PY) Hemadánias (PY) -- Foz do Iguazu (BR)	24 horários diários	Semi-urbana (BR) -- Línea de frontera (PY)	
26	Foz do Iguazu (BR) -- Pres. Porto Franco (PY) Pres. Porto Franco (PY) -- Foz do Iguazu (BR)	24 horários diários	Semi-urbana (BR) -- Línea de frontera (PY)	



ATA DA XX REUNIÃO BILATERAL BRASIL - PARAGUAI, DOS ORGANISMOS NACIONAIS  
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL TERRESTRE -  
ATTIT.

Anexo VI - Relação dos Serviços Regulares

N	Serviço	Frequência por sentido por bandeira	Tipo de serviço	Observações
27	Guaira (BR) - Salto del Guaira (PY) Salto del Guaira (PY) - Guaira (BR)	6 horários diários	Semi-urbana (BR) - Linea de frontera (PY)	Ponto fronteiro: Guaira (BR) - Salto del Guaira (PY)
28	Salvador (BR) - Asuncion (PY) Asuncion (PY) - Salvador (BR)	1 horário semanal	Convencional com sanitário	

Obs: Os pontos fronteiriços não relacionados referem-se à Ponte da Amizade





ATA DA XX REUNIÃO BILATERAL BRASIL - PARAGUAI, DOS  
ORGANISMOS NACIONAIS COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO  
ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL TERRESTRE - ATIT

**ANEXO VII**

21.26



ATA DA XX REUNIÃO BILATERAL BRASIL - PARAGUAI, DOS ORGANISMOS NACIONAIS  
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL TERRESTRE -  
ATT.

Anexo VII - Relação dos Serviços Regulares por Empresa

PAIS		LINHAS		EMPRESAS	SERVIÇOS	FRONTEIRAS	ANEXO III N
BR	PY	FREQÜÊNCIA	LIGAÇÕES				
X		2 Horários Semanais	FLORIANÓPOLIS - ASUNCION, via Caçador	AUTO VIAÇÃO CATARINENSE S/A	CONV. C/ SANITÁRIO	FOZ DO IGUAÇU (BR) / CIUDAD DEL LESTE (PY)	1
X		2 Horários Semanais	FLORIANÓPOLIS - ASUNCION	AUTO VIAÇÃO CATARINENSE S/A	LEITO C/AR	FOZ DO IGUAÇU (BR) / CIUDAD DEL LESTE (PY)	4
X		1 Horário Semanal	FLORIANÓPOLIS - ASUNCION	AUTO VIAÇÃO CATARINENSE S/A	CONV. C/ SANITÁRIO	FOZ DO IGUAÇU (BR) / CIUDAD DEL LESTE (PY)	1
X		3 Horários Semanais	FLORIANÓPOLIS - ASUNCION	PLUMA CONFORTO E TURISMO S/A	CONV C/ SANITÁRIO	FOZ DO IGUAÇU (BR) / CIUDAD DEL LESTE (PY)	1
	X	3 Horários Semanais	ASUNCION - FLORIANÓPOLIS, via Curitiba	EMPRESA BOQUERON S.R.L.	CONV. C/ SANITÁRIO	CIUDAD DEL LESTE (PY) / FOZ DO IGUAÇU (BR)	1
	X	3 Horários Semanais	ASUNCION - FLORIANÓPOLIS	SULAMERICANA S.R.L.	CONV. C/ SANITÁRIO	CIUDAD DEL LESTE (PY) / FOZ DO IGUAÇU (BR)	1
X		1 Horário Semanal	CRICIUMA - ASUNCION	AUTO VIAÇÃO CATARINENSE S/A	CONV. C/ SANITÁRIO	FOZ DO IGUAÇU (BR) / CIUDAD DEL LESTE (PY)	2
X		1 Horário Semanal	CRICIUMA - ASUNCION	AUTO VIAÇÃO CATARINENSE S/A	CONV. C/ SANITÁRIO	FOZ DO IGUAÇU (BR) / CIUDAD DEL LESTE (PY)	2
X		1 Horário Semanal	CRICIUMA - ASUNCION	PLUMA CONFORTO E TURISMO S/A	CONV. C/ SANITÁRIO	FOZ DO IGUAÇU (BR) / CIUDAD DEL LESTE (PY)	2
	X		ASUNCION - CRICIUMA		CONV. C/ SANITÁRIO	CIUDAD DEL LESTE (PY) / FOZ DO IGUAÇU (BR)	2
X		1 Horário Semanal	JOAÇABA - ASUNCION	AUTO VIAÇÃO CATARINENSE S/A	CONV. C/ SANITÁRIO	FOZ DO IGUAÇU (BR) / CIUDAD DEL LESTE (PY)	3
	X		ASUNCION - JOAÇABA		CONV. C/ SANITÁRIO	CIUDAD DEL LESTE (PY) / FOZ DO IGUAÇU (BR)	3
X		6 Horários Semanais	SÃO PAULO - ASUNCION	PLUMA CONFORTO E TURISMO S/A	CONV. C/ SANITÁRIO	FOZ DO IGUAÇU (BR) / CIUDAD DEL LESTE (PY)	7
X		3 Horários Semanais	SÃO PAULO - ASUNCION	PLUMA CONFORTO E TURISMO S/A	LEITO S/AR	FOZ DO IGUAÇU (BR) / CIUDAD DEL LESTE (PY)	10

19



ATA DA XX REUNIÃO BILATERAL BRASIL - PARAGUAI, DOS ORGANISMOS NACIONAIS  
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL TERRESTRE -  
ATIT.

Anexo VII - Relação dos Serviços Regulares por Empresa

PAIS		LINHAS		EMPRESAS	SERVIÇOS	FRONTEIRAS	ANEXO III N
BR	PY	FREQÜÊNCIA	LIGAÇÕES				
X			SÃO PAULO - ASUNCION		EXECUTIVO	FOZ DO IGUAÇU (BR)/ CIUDAD DEL LESTE (PY)	10
	X	5 Horários Semanais	ASUNCION - SÃO PAULO	EXPRESSO BRUJULA S/A DE TRANSPORTES Y TURISMO	EXECUTIVO	CIUDAD DEL LESTE (PY)/ FOZ DO IGUAÇU (BR)	9
	X	6 Horários Diários	ASUNCION - SÃO PAULO	RAPIDO YGUAZU S/A DE TRANSPORTES Y TURISMO	CONV. C/ SANITARIO	CIUDAD DEL LESTE (PY)/ FOZ DO IGUAÇU (BR)	7
	X	3 Horários Semanais	ASUNCION - SÃO PAULO	RAPIDO YGUAZU S/A DE TRANSPORTES Y TURISMO	LEITO S/AR	CIUDAD DEL LESTE (PY)/ FOZ DO IGUAÇU (BR)	10
X		Cada 16 minutos	FOZ DO IGUAÇU - CIUDAD DEL LESTE (Circular)	IRMAOS RAFAGNIN LTDA.	SEMI- URBANO	FOZ DO IGUAÇU (BR)/ CIUDAD DEL LESTE (PY)	17
X		Cada 16 minutos	FOZ DO IGUAÇU - CIUDAD DEL LESTE (Circular)	CELESTE TRANSPORTES LTDA	SEMI- URBANO	FOZ DO IGUAÇU (BR)/ CIUDAD DEL LESTE (PY)	17
	X	Cada 16 minutos	CIUDAD DEL ESTE - FOZ DO IGUAÇU	NUESTRA SENHORA DELA ASUNCION -CISA	SEMI- URBANO	CIUDAD DEL LESTE (PY)/ FOZ DO IGUAÇU (BR)	17
	X	Cada 16 minutos	CIUDAD DEL LESTE FOZ DO IGUAÇU	RAPIDO INTERNACIONAL S/A PARANÁ DE TRANSPORTE E TURISMO	SEMI- URBANO	CIUDAD DEL LESTE (PY)/ FOZ DO IGUAÇU (BR)	17
X		8 Horários Diários	CONJ. HAB. ITAIPU (BR) - CONJ. HAB. ITAIPU (PY) (Intervillas)	IRMAOS RAFAGNIN LTDA.	SEMI- URBANO	FOZ DO IGUAÇU (BR)/ CIUDAD DEL LESTE (PY)	16
X		8 Horários Diários	CONJ. HAB. ITAIPU (BR) - CONJ. HAB. ITAIPU (PY) (Intervillas)	CELESTE TRANSPORTES LTDA	SEMI- URBANO	FOZ DO IGUAÇU (BR)/ CIUDAD DEL LESTE (PY)	16
X		8 Horários Diários	CONJ. HAB. ITAIPU (PY) - CONJ. HAB. ITAIPU (BR) (Intervillas)	RAPIDO INTERNACIONAL S/A PARANÁ DE TRANSPORTE E TURISMO	SEMI- URBANO	CIUDAD DEL LESTE (PY)/ FOZ DO IGUAÇU (BR)	16



ATA DA XX REUNIÃO BILATERAL BRASIL - PARAGUAI, DOS ORGANISMOS NACIONAIS  
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL TERRESTRE -  
ATT.

Anexo VII - Relação dos Serviços Regulares por Empresa

PAIS		LINHAS		EMPRESAS	SERVIÇOS	FRONTEIRAS	ANEXO III N
BR	PY	FREQÜÊNCIA	LIGAÇÕES				
X		6 Horários Diários	SALTO DEL GUAIRA - GUAIRA	TRANSLAGO S R L	SEMI- URBANO	SALTO DEL GUAIRA (PY) / MUNDO NOVO(BR)	27
X			FOZ DO IGUAÇU - PRESIDENTE PORTO FRANCO		SEMI- URBANO	FOZ DO IGUAÇU (BR) / CIUDAD DEL LESTE (PY)	26
X		24 Horários Diários	PRESIDENTE PORTO FRANCO - FOZ DO IGUAÇU	EMPRESA TRANSPARANAEENSE SIA	SEMI- URBANO	CIUDAD DEL LESTE(PY) / FOZ DO IGUAÇU (BR)	26
X			FOZ DO IGUAÇU - HERNADÁRIAS		SEMI- URBANO	FOZ DO IGUAÇU (BR) / CIUDAD DEL LESTE (PY)	25
X		24 Horários Diários	HERNADÁRIAS - FOZ DO IGUAÇU	EMPRESA CHACO BOREAL S.R.L.	SEMI- URBANO	CIUDAD DEL LESTE (PY) / FOZ DO IGUAÇU (BR)	25
X			CAMPO GRANDE - CONCEPCION		CONV. C/ SANITARIO	PONTA PORÁ(BR) / PEDRO JUAN CABALLERO (PY)	23
X		4 Horários Diários	CONCEPCION - CAMPO GRANDE	COMETA DEL AMAMBAY SRL	CONV. C/ SANITARIO	PEDRO JUAN CABALLERO (PY) / PONTA PORÁ (BR)	23
X		2 Horários Diários	CAMPO GRANDE - ASUNCION	VIAÇÃO CRUZEIRO DO SUL LTDA.	CONV. C/ SANITARIO	PONTA PORÁ(BR) / PEDRO JUAN CABALLERO (PY)	22
X		2 Horários Diários	ASUNCION - CAMPO GRANDE	COMETA DEL AMAMBAY SRL	CONV. C/ SANITARIO	PEDRO JUAN CABALLERO (PY) / PONTA PORÁ (BR)	22
X			SÃO PAULO - CONCEPCION		CONV. C/ SANITARIO	PONTA PORÁ(BR) / PEDRO JUAN CABALLERO (PY)	24
X		1 Horário Diário	CONCEPCION - SÃO PAULO	COMETA DEL AMAMBAY SRL	CONV. C/ SNITARIO	PEDRO JUAN CABALLERO (PY) / PONTA PORÁ (BR)	24



ATA DA XX REUNIÃO BILATERAL BRASIL - PARAGUAI, DOS ORGANISMOS NACIONAIS  
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL TERRESTRE -  
ATTIT.

Anexo VII - Relação dos Serviços Regulares por Empresa

PAIS		LINHAS		EMPRESAS	SERVIÇOS	FRONTEIRAS	ANEXO III N
BR	PY	FREQÜÊNCIA	LIGAÇÕES				
X		1 Horário Diário	SÃO PAULO - CIUDAD DEL ESTE	PLUMA CONFORTO E TURISMO S/A	CONV. C/ SANITÁRIO	FOZ DO IGUAÇU (BR)/ CIUDAD DEL LESTE (PY)	15
	X		CIUDAD DEL ESTE - SAO PAULO		CONV. C/ SANITÁRIO	CIUDAD DEL LESTE (PY)/ FOZ DO IGUAÇU (BR)	15
X		1 Horário Semanal	JUNDIAI - ASUNCION	PLUMA CONFORTO E TURISMO S/A	CONV. C/ SANITÁRIO	FOZ DO IGUAÇU (BR)/ CIUDAD DEL LESTE (PY)	8
	X		ASUNCION - JUNDIAI		CONV. C/ SANITÁRIO	CIUDAD DEL LESTE (PY)/ FOZ DO IGUAÇU (BR)	8
X		1 Horário Diário	CURITIBA - ASUNCION	PLUMA CONFORTO E TURISMO S/A	CONV. C/ SANITÁRIO	FOZ DO IGUAÇU (BR)/ CIUDAD DEL LESTE (PY)	13
	X		ASUNCION - CURITIBA		CONV. C/ SANITÁRIO	CIUDAD DEL LESTE (PY)/ FOZ DO IGUAÇU (BR)	13
X		1 Horário Semanal	SALVADOR - ASUNCION	EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA.	CONV. C/ SANITÁRIO	FOZ DO IGUAÇU (BR)/ CIUDAD DEL LESTE (PY)	28
	X		ASUNCION - SALVADOR		CONV. C/ SANITÁRIO	CIUDAD DEL LESTE (PY)/ FOZ DO IGUAÇU (BR)	28
X		2 Horários Semanais	PARANAGUA - ASUNCION	PLUMA CONFORTO E TURISMO S/A	CONV. C/ SANITÁRIO	FOZ DO IGUAÇU (BR)/ CIUDAD DEL LESTE (PY)	14
	X		ASUNCION - PARANAGUA		CONV. C/ SANITÁRIO	CIUDAD DEL LESTE (PY)/ FOZ DO IGUAÇU (BR)	14
X		2 Horários Semanais	PORTO ALEGRE - ASUNCION	UNESUL DE TRANSPORTES LTDA.	CONV. C/ SANITÁRIO	FOZ DO IGUAÇU (BR)/ CIUDAD DEL LESTE (PY)	20
	X	2 Horários Semanais	ASUNCION - PORTO ALEGRE	UNELESTE S/A	CONV. C/ SANITÁRIO	CIUDAD DEL LESTE (PY)/ FOZ DO IGUAÇU (BR)	20
X		5 Horários Diários	MUNDO NOVO - SALTO DEL GUAIRA	VIAÇÃO UMUARAMA LTDA.	SEMI- URBANO	MUNDO NOVO (BR)/ SALTO DEL GUAIRA (PY)	21
	X	5 Horários Diários	SALTO DEL GUAIRA - MUNDO NOVO	PIRATY SR L	SEMI- URBANO	SALTO DEL GUAIRA (PY)/ MUNDO NOVO (BR)	21
X			GUAIRA - SALTO DEL GUAIRA		SEMI- URBANO	MUNDO NOVO (BR)/ SALTO DEL GUAIRA (PY)	27



ATA DA XX REUNIÃO BILATERAL BRASIL - PARAGUAI, DOS ORGANISMOS NACIONAIS  
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL TERRESTRE -  
ATIT.

Anexo VII - Relação dos Serviços Regulares por Empresa

PAIS		LINHAS		EMPRESAS	SERVIÇOS	FRONTEIRAS	ANEXO III N
BR	PY	FREQÜÊNCIA	LIGAÇÕES				
	X	8 Horários Diários	CONJ. HAB. ITAIPU (PY) - CONJ. HAB. ITAIPU (BR) (Intervillas)	NUESTRA SENHORA DE LA ASUNCION - CISA	SEMI- URBANO	CIUDAD DEL LESTE (PY)/FOZ DO IGUAÇU (BR)	16
X		1 Horário Semanal	BRASILIA - ASUNCION, via BR 050	NACIONAL EXPRESSO LTDA	CONV. C/ SANITARIO	FOZ DO IGUAÇU (BR)/CIUDAD DEL LESTE (PY)	18
X		2 Horários Semanais	BRASILIA - ASUNCION	NACIONAL EXPRESSO LTDA	CONV. C/ SANITARIO	PONTA PORÁ (BR)/ PEDRO JUAN CABALLERO (PY)	19
	X	2 Horários Semanais	ASUNCION - BRASILIA	TRANSCONTINENTAL S/A	CONV. C/ SANITARIO	PEDRO JUAN CABALLERO (PY)/ PONTA PORÁ (BR)	18
	X	1 Horário Semanal	ASUNCION - BRASILIA	TRANSCONTINENTAL S/A	CONV. C/ SANITARIO	CIUDAD DEL LESTE (PY)/FOZ DO IGUAÇU (BR)	19
X		1 Horário Semanal	RIO DE JANEIRO - ASUNCION	PLUMA CONFORTO E TURISMO S/A	CONV. C/ SANITARIO	FOZ DO IGUAÇU (BR)/CIUDAD DEL LESTE (PY)	11
X		1 Horário Semanal	NITERÓI - ASUNCION	PLUMA CONFORTO E TURISMO S/A	CONV. C/ SANITARIO	FOZ DO IGUAÇU (BR)/CIUDAD DEL LESTE (PY)	12
	X	2 Horários Semanais	ASUNCION - RIO DE JANEIRO	RAPIDO YGUAZU S/A DE TRANSPORTES Y TURISMO	CONV. C/ SANITARIO	CIUDAD DEL LESTE (PY)/FOZ DO IGUAÇU (BR)	11
X		2 Horários Diários	FOZ DO IGUAÇU - ASUNCION	PLUMA CONFORTO E TURISMO S/A	CONV. C/ SANITARIO	FOZ DO IGUAÇU (BR)/CIUDAD DEL LESTE (PY)	5
X			FOZ DO IGUAÇU - ASUNCION		LEITO	FOZ DO IGUAÇU (BR)/CIUDAD DEL LESTE (PY)	6
	X	1 Horário Diário	ASUNCION - FOZ DO IGUAÇU	NUESTRA SENHORA DE LA ASUNCION - CISA	CONV. C/ SANITARIO	CIUDAD DEL LESTE (PY)/FOZ DO IGUAÇU (BR)	5
	X	1 Horário Diário	ASUNCION - FOZ DO IGUAÇU	NUESTRA SENHORA DE LA ASUNCION - CISA	LEITO C/AR	CIUDAD DEL LESTE (PY)/FOZ DO IGUAÇU (BR)	6
	X	1 Horário Diário	ASUNCION - FÓZ DO IGUAÇU	RAPIDO IGUAZU S/A DE TRANSPORTE E TURISMO	CONV. C/ SANITARIO	CIUDAD DEL LESTE (PY)/FOZ DO IGUAÇU (BR)	5
	X	1 Horário Diário	ASUNCION - FÓZ DO IGUAÇU	RAPIDO IGUAZU S/A DE TRANSPORTE E TURISMO	LEITO S/AR	CIUDAD DEL LESTE (PY)/FOZ DO IGUAÇU (BR)	6